

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E O PRINCÍPIO DA
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NAS POLÍTICAS
EUROPEIAS**

MARISA ALEXANDRA DA MAIA CARAPINHA

**Dissertação de Mestrado orientada pela Professora
Doutora Teresa Alves**

MESTRADO EM POLÍTICAS EUROPEIAS

2009

Índice	
Agradecimentos	4
Resumo	6
Introdução	7
I. Sociedade do Conhecimento e o princípio da igualdade de oportunidades nas políticas europeias	12
1. Políticas Públicas e a Sociedade do Conhecimento	15
1.1. A Estratégia de Lisboa	16
1.2. Iniciativa i2010: a sociedade da informação e os media ao serviço do crescimento e do emprego	20
2. Políticas Públicas e o princípio da igualdade de oportunidades	22
3. O Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento e o princípio da igualdade de oportunidades	27
3.1. O princípio da Igualdade de Oportunidades	30
3.2. O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e o ano Europeu das Pessoas com Deficiência	31
II - Sociedade do Conhecimento e a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades no caso das pessoas com necessidades especiais em Portugal	37
1. A Estratégia de Lisboa em Portugal	42
2. Contributo das TIC para os objectivos de Lisboa	51
3. A Petição pela Acessibilidade Electrónica Portuguesa: uma tentativa de atingir a igualdade de oportunidades	52
III. - A Internet: proceder de modo a não excluir	61
1. As regras do W3C	64
2. Programa de acção ligar Portugal	68
IV. - Estudo de caso: avaliação da acessibilidade pelos cidadãos com Necessidades Especiais (deficientes visuais) a sites da Internet	71

Conclusão	78
Bibliografia	85
Legislação	86
Sites consultados na Internet	87
Anexo I – Conceitos	91
Anexo II - Sites consultados acessíveis	100
Anexo III - Sites consultados inacessíveis	107

Índice de Quadros

Quadro 1 - Caracterização da amostra em termos de acessibilidade	72
Quadro 2 - Caracterização da amostra em termos de financiamento para a produção dos sites	73
Quadro 3 - Caracterização da amostra segundo os tipos de instituição	74
Quadro 4 - Problemas identificados nos sites com problemas de acessibilidade	76

Agradecimentos

Terminada a fase da investigação e consequente redacção do presente trabalho, cabe-me expressar um agradecimento a todos aqueles que, pelas mais diversas formas contribuíram para a sua concretização.

O trabalho agora apresentado é o claro reflexo da minha experiência pessoal, ou seja, as dificuldades tecnológicas com que me deparo no quotidiano, pelo que a sua elaboração muito deve ao apoio incondicional de familiares e amigos, não só do ponto de vista científico, mas também e sobretudo em termos pessoais.

À Professora Teresa Alves, orientadora da presente dissertação, pelo seu empenho, motivação, disponibilidade, interesse e força, não só no desenrolar das tarefas, mas também no seu relacionamento informal, que me transmitiu confiança e fez pensar que seria possível chegar a esta fase, bem como pelas suas críticas, comentários e sugestões, sem as quais este trabalho jamais teria avançado, dirijo um Agradecimento muito especial.

À Professora Eduarda Marques da Costa, no âmbito do seminário de Metodologias de Avaliação de Políticas e de Programas de Desenvolvimento, por si leccionado, agradeço o apoio na difícil tarefa de caracterizar algumas instituições, pois foi daí que surgiu a hipótese de desenvolver um trabalho final desta natureza.

Aos meus amigos, aos velhos e novos, da faculdade e não só, mas que ficaram para a vida (não vou referir os nomes para não correr o sério risco de me esquecer de ninguém) que têm tido uma presença e participação determinantes principalmente nos momentos difíceis, o meu muito obrigado por todo o apoio científico e emocional.

No entanto, seria mesmo muito injusto não destacar a minha Amiga Maria Faria, uma força da natureza, a quem dirijo também um agradecimento muito especial, não só pelo muito tempo que disponibilizou para me ajudar nas tarefas informáticas como a pesquisa, localização e consequente conversão dos documentos disponíveis na internet, a contagem e montagem do Estudo de Caso, mas também pelo interesse com que

sempre abraçou a evolução global do trabalho e discutiu comigo alguns pontos mais complexos.

Aos meus pais, António Carapinha e Isabel Carapinha, a quem dedico este trabalho, que embora não tenham tido uma participação directa através de comentários, sugestões, ou mesmo realizado nenhuma tarefa específica, foram os elementos-chave da elaboração deste estudo.

A todos muito obrigada!

Resumo

Numa época caracterizada pela crescente digitalização da informação e pela ligação dos serviços em rede (sobretudo através da Internet), torna-se da máxima importância criar condições para que todos, sem excepção, possam nas mesmas circunstâncias e apesar das suas condições aceder à mesma informação.

Esta nova forma de organização social (a sociedade da informação) é ainda muito recente tanto na União Europeia como em Portugal. No entanto, as suas potencialidades são já vistas como uma oportunidade a não perder e determinante para quem não se queira deixar ultrapassar.

O financiamento e as políticas públicas com vista a estimular a utilização das tecnologias assumem uma primordial importância.

A presente dissertação pretende avaliar quais as instituições cujos sites na Internet são ou não acessíveis; quais foram financiadas pelo POS-Conhecimento; a problemática das páginas não acessíveis e, a partir daí construir tipologias de instituições.

O estudo pretende também apontar sugestões a seguir quando se constrói uma página web ou quando se publicam conteúdos, de forma a que estes possam ser utilizados por cidadãos com necessidades especiais.

O estudo apresenta como grande conclusão que os sites com maior número de barreiras arquitectónicas, são, na grande maioria, pertencentes a instituições públicas, havendo também um número significativo de instituições que recebeu apoio do POS-Conhecimento, mas que, mesmo assim, continua a apresentar limitações.

Outra grande conclusão é que a igualdade de oportunidades está ainda muito longe de ser real, pois há ainda um longo caminho a percorrer.

Palavras-chave: Acessibilidade; Economia digital; Estratégia de Lisboa; exclusão social; Globalização; inclusão social; pessoas com necessidades especiais; Política Pública; Sociedade da Informação; Tecnologias da Informação e Comunicação.

Introdução

A comunicação está cada vez mais digitalizada, pelo que as tecnologias são fundamentais para o surgimento de um novo tipo de organização social baseado em redes (CASTELLS, 2003). Todavia, e segundo o mesmo autor, uma nova sociedade em rede provoca stress porque a informação circula a um ritmo extremamente vertiginoso.

Assim, a Internet (no âmbito da Sociedade do Conhecimento) apresenta-se como um grande instrumento de socialização, que condiciona e transforma a forma como nos relacionamos e agimos nas diferentes vertentes da sociedade (CASTELLS, 2003). A Internet resolve, segundo o autor, problemas de horários e permite as reuniões à distância, evitando um tempo e um espaço físicos E possibilitando a troca de informação entre pessoas geograficamente distantes.

A tecnologia trouxe valor acrescentado para os serviços, o que a tornou fundamental para a integração das redes no tecido empresarial e na Administração pública, sendo também necessário investir na formação das pessoas para que estas a possam utilizar (CASTELLS, 2003). Neste sentido, os efeitos da introdução da Internet na administração pública têm a ver com o facto das TIC influenciarem domínios como o Governo Electrónico, a saúde ou a educação, bem como a criação de novos empregos (www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf).

Os sites cuja navegação é complexa mostram uma desorganização das instituições (CASTELLS, 2003). No entanto, o mesmo autor refere que (e é isso que pretendemos mostrar com a presente dissertação) o Estado tem a obrigação de facultar a informação a todos os cidadãos apesar das suas condições e/ou limitações. Além disso, e ainda segundo o mesmo autor, o Estado burocrático modifica-se à medida que as TIC vão sendo absorvidas pelos governos.

A Era da Informação, que vivemos actualmente é um período histórico, no qual as TIC definem novas formas de comunicação entre as pessoas e as instituições (CASTELLS, 2003). Vivemos, SEGUNDO O AUTOR, uma grande revolução nas relações sociais, políticas e económicas, as quais pretendem melhorar os resultados na economia,

estimular a cultura e o aperfeiçoamento pessoal. Contudo, estamos a isolarmos mais e a trazer novos problemas como o stress, a protecção dos dados e nem sequer nos lembramos que os erros de programação podem parar diversos sectores da sociedade (www.phs.org.br/arquivos/arquivo_2009-08-311251728413.doc).

A Sociedade da Informação, cujo expoente máximo é a Internet tem acentuado as desigualdades entre as pessoas, pois o modo como as páginas são concebidas pode comprometer seriamente o acesso (quer nas descrições ou configurações utilizadas, quer na impossibilidade de utilizar softwares alternativos) de pessoas com necessidades especiais (GODINHO, s.d.).

No que concerne à Sociedade da Informação e do Conhecimento, o Governo português estabeleceu um conjunto de objectivos integrados com o i2010 (www.posc.mctes.pt). Estes objectivos, segundo a mesma fonte, fazem parte do Programa Ligar Portugal e pretendem chamar a atenção para os desafios estratégicos da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

A acção do Governo na criação da Sociedade da Informação e do Conhecimento pretende que Portugal seja um dos países mais avançados nesta matéria, através da concretização de diversos projectos em domínios tão variados como: a) a generalização do Acesso em Banda Larga; b) a melhoria do serviço prestado pela Administração Pública aos Cidadãos e às Empresas através do Governo Electrónico; c) o desenvolvimento de Competências em TIC e de uma Cultura Digital; d) a aposta na Inovação Integrada em TIC (www.posc.mctes.pt).

Apesar de existirem regras a respeitar, tal não é suficiente, pois é necessário sensibilizar os criadores das páginas para o facto de que os cegos, por exemplo, não conseguem aceder a determinados elementos gráficos como movimentos ou ratos, necessitando portanto de descrição textual (GODINHO, s.d.; PEREIRA, 2002). Assim, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99, de 26 de Agosto, que definiu normas de acessibilidade dos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos e serviços públicos não conseguiu satisfazer os seus objectivos, pelo que se lhe seguiu a Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007 de 02 de Outubro (www.acessibilidade.gov.pt/rcm.html).

Neste sentido, um grupo de pessoas assinou, através da internet, a petição pela acessibilidade electrónica portuguesa, que pretende que sejam definidas normas que possibilitem o acesso das pessoas com necessidades especiais à Internet, aos programas informáticos, à televisão, ao Multibanco, às máquinas de venda automática de produtos e serviços e às comunicações electrónicas, bem como a existência de fortes penalizações no caso do seu incumprimento (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Esta petição constituiu a primeira medida legislativa do género a entrar por via electrónica num parlamento na Europa (www.Atelier.uarte.rcts.pt/ajuda/ateliers/regras/index.asp).

A Estratégia de Lisboa, lançada na Cimeira extraordinária de Lisboa em 2000, pretendia converter a UE, até 2010, na economia mais competitiva e dinâmica do mundo com mais e melhores empregos e maior coesão social (www.confagri.pt/ambiente/areastematicas/domtransversais/documentos/doc36.htm). A Estratégia era demasiado ampla e apresentava demasiados objectivos sem uma correcta definição, o que se traduziu em atrasos significativos nos diferentes Estados-membros, conduzindo ao seu relançamento em 2005 (www.aeportugal.pt/inicio.asp?pagina=\aplicacoes\noticias\noticia&codigo=5285).

O seu relançamento em 2005 trouxe duas grandes novidades: por um lado, A Estratégia de Lisboa renovada concentra-se em duas prioridades: assegurar um crescimento económico mais sustentável e permitir a criação de mais e melhores empregos. Por outro lado, a Estratégia de Lisboa renovada trouxe um novo ciclo de governação entre a UE e os Estados-Membros, no qual cada país teve que designar um coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e elaborar um Programa Nacional de Reforma, com base nas 24 orientações definidas pelo Conselho Europeu de Junho de 2005 (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

A ideia de podermos vir a desenvolver a presente dissertação como trabalho final do mestrado em Políticas Europeias surgiu no início do 1.º ano do Mestrado, quando, num dos corredores da faculdade falávamos de forma informal com a Professora Teresa Alves (agora nossa orientadora) sobre os vários seminários curriculares. Na altura (e tendo em conta as nossas limitações) enfrentávamos uma grande dúvida existencial, ou seja, não sabíamos o que fazer para o seminário de Metodologias de avaliação de políticas e de programas de desenvolvimento, pelo que resolvemos imediatamente seguir a proposta da Professora Teresa, a qual consistiu na avaliação de sites de

instituições públicas e privadas que são ou não acessíveis para pessoas com necessidades especiais (sobretudo com deficiência visual) e ainda ver se estas foram ou não financiadas pelo Programa Operacional para a Sociedade da Informação, posteriormente designado por POS-Conhecimento.

A metodologia utilizada consiste na pesquisa, leitura e selecção dos materiais recolhidos, bem como na avaliação de setecentos e trinta e quatro sites de organismos públicos e privados e consequente levantamento das barreiras existentes nos sites inacessíveis. Assim, pretende-se construir quadros que nos permitam definir tipologias de instituições e, a partir daí verificar quais as organizações que receberam financiamento.

Para tal (e dado que o nosso trabalho reflecte a nossa própria experiência), apresentaremos dois quadros, bem como uma breve leitura dos resultados do estudo de caso por nós elaborado. Pretendemos também apontar sugestões para tornar as páginas Web funcionais.

Quanto à pergunta de partida, pretendemos saber quais os sites que possibilitam a navegação por utilizadores com necessidades especiais, qual o sector a que pertencem e se receberam ou não apoios financeiros para esse efeito. Queremos também verificar como é que Portugal, enquanto membro da União Europeia, reage à necessidade de adaptar as páginas Web, sobretudo as da Administração Pública e das grandes empresas, de forma a promover uma verdadeira igualdade de oportunidades.

No que diz respeito à estrutura, o nosso trabalho divide-se em quatro capítulos: o primeiro que aborda as questões da Sociedade do Conhecimento e o princípio da igualdade de oportunidades nas políticas europeias; o segundo, que envolve as questões da Sociedade do Conhecimento e a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades no caso das pessoas com necessidades especiais em Portugal; o terceiro, que pretende sensibilizar os criadores de páginas Web, indicando o que deve e o que não deve ser feito e finalmente o quarto (de todos o mais prático e exaustivo) que é o estudo de caso e a respectiva análise.

Quanto ao primeiro capítulo, este divide-se em três subcapítulos: o primeiro que se refere às Políticas Públicas e à Sociedade do Conhecimento; o segundo que trata as questões das Políticas Públicas e o princípio da igualdade de oportunidades e o terceiro

que aborda o Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento e o princípio da igualdade de oportunidades.

O nosso trabalho faz-se ainda acompanhar pela presente introdução, bem como pela respectiva conclusão, bibliografia e definição dos conceitos que nos pareceram mais pertinentes.

Tendo em conta o papel da Internet no contexto da globalização, o nosso trabalho pretende reforçar a necessidade de criar regulamentos que facilitem a acessibilidade pelos cidadãos portadoras de necessidades especiais (nomeadamente deficientes visuais), pelo que os nossos objectivos são: a) conhecer a legislação comunitária neste domínio; b) conhecer a contribuição deste domínio para a coesão social; c) construir a partir da análise dos sites tipologias de instituições de acordo com o nível da promoção da igualdade de oportunidades; d) avaliar em que medida o apoio do POSI e do POS-Conhecimento contribuíram para a promoção da igualdade de oportunidades; e) Indicar sugestões para fazer da Internet um mundo coeso; f) abordar a mobilidade e a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais nas diferentes vertentes da sociedade civil; g) Apresentar as potencialidades dos cidadãos com necessidades especiais e a importância que a informação em suporte digital representa para o seu desempenho.

I. Sociedade do Conhecimento e o princípio da igualdade de oportunidades nas políticas europeias

A Sociedade da Informação é um processo de mudança transversal em todos os domínios sociais e económicos que tem por base uma forma de organização baseado nas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), mas que se tem desenvolvido regionalmente de modo desigual (CASTELLS, 2003). A expressão Sociedade da Informação, também segundo Castells, é incorrecta porque a informação sempre foi central no desenvolvimento de todas as sociedades. A novidade dos processos actuais é o facto de terem por base a micro-electrónica e estarem assentes em redes que podem fornecer novas capacidades a velhas formas de organização social (CASTELLS, 2003). A Sociedade da Informação caracteriza-se pelo desenvolvimento das TIC e pela digitalização, ou seja, as actividades físicas deram lugar às actividades virtuais (CASTELLS, 2003).

Para que a Sociedade da Informação progrida é necessário que todos possam aceder às Tecnologias de Informação e Comunicação, presentes no nosso dia-a-dia e que são fulcrais para as comunicações pessoais, profissionais e de lazer (www.pt.wikipedia.org/wiki/sociedade_da_informação). A sociedade da informação cria esperanças muito elevadas em várias áreas, pois o crescimento vertiginoso da Internet provoca uma expectativa de difusão mais rápida e intensiva da inovação. Neste sentido, as oportunidades promovidas pela inovação permitem o surgimento de novas empresas, com capacidade criativa e adaptadas aos novos modelos organizacionais da sociedade, oferecendo empregos qualificados e sustentáveis a longo prazo (COELHO, 2000).

A Internet permite uma maior proximidade e transparência entre o Estado e os cidadãos em domínios como a saúde ou a educação, pois as novas tecnologias da informação e comunicação permitem o acesso electrónico a arquivos e ficheiros públicos, atenuando a

distância entre a administração pública, os cidadãos e as instituições privadas (COELHO, 2000). Ainda e segundo o mesmo autor, as tecnologias permitem eliminar a distância geográfica e o tempo.

A Sociedade da Informação para a qual estamos a caminhar é uma consequência da criatividade humana, que se baseia na combinação de três tecnologias digitais: as tecnologias da informação, da comunicação e os media (PEREIRA, 2002). Este movimento é global e, por isso, tem que ser abarcado por todos e em todo o lado (COELHO, 2000). Em Portugal existe uma forte tendência para que a sociedade da informação se desenvolva, isto é, que as pessoas possam tirar partido dos benefícios que daí provêm na criação de empregos mais qualificados, no aumento da competitividade das empresas, na melhoria da eficiência e da transparência da administração pública, no acesso aos cuidados de saúde, à educação e à investigação científica (COELHO, 2000).

O desenvolvimento das tecnologias é constante, o que conduz muito rapidamente a processos de obsolescência e dificulta uma reflexão crítica sobre a lógica científica que lhe está associada (COELHO, 2000). A evolução tecnológica ocorrida na indústria das telecomunicações impulsiona a criação da sociedade da informação e do conhecimento, havendo que reconhecer que, para além das mudanças internas à indústria, esta evolução reflecte-se sobretudo nas grandes instituições que pela sua envergadura são as primeiras a enfrentar esta problemática. Como defende o estudo publicado em (www.conpedi.org/manuel/arquivos/anais/salvador/santiago_artur_berger_sito.pdf), que também recorre aos trabalhos do sociólogo Manuel Castells, a tecnologia da informação representa para esta revolução o que as novas fontes de energia significaram para as Revoluções Industriais sucessivas, do motor a vapor à electricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, dado que a produção e distribuição de energia foi o aspecto central na base da sociedade industrial. A sociedade da informação e do conhecimento traduz-se assim, e segundo Castells, num processo de transformação da sociedade, horizontal nos sectores de incidência, multifacetado na sua forma de representação, com valências políticas, sociais e organizacionais, em que a dimensão tecnológica apresenta uma função catalisadora, mas não desempenha o papel primordial, que é reservado aos cidadãos e às organizações.

Para generalizar o acesso às TIC, a Comissão Europeia adoptou em 1999 a iniciativa «Europe», que foi abraçada pelo Conselho Europeu de Lisboa (2000) e que definiu

«tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo» até 2010

(www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

. A iniciativa «eEurope» decorreu no contexto de dois planos de acção: «eEurope 2002», que defendia uma internet mais barata, mais rápida e mais segura, e o investimento nas pessoas e nas competências e pretendia estimular a utilização da Internet

(www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

; e «eEurope 2005», que pretendia promover: a) o acesso em banda larga a preços competitivos, sobretudo em zonas remotas, atenuando as assimetrias digitais entre países; b) uma abordagem multiplataformas; c) a segurança das redes, de modo a criar um ambiente propício à difusão do comércio electrónico e desenvolvimento da utilização das TIC pelos organismos públicos como o eGoverno, por exemplo (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

. A iniciativa «eEurope» foi composta por diversos programas como: a) o «eGovernment», que pretende promover o fácil acesso electrónico aos serviços públicos; b) o «eHealth», que pretende recorrer à utilização das tecnologias digitais, promovendo um melhor acesso aos serviços de saúde; c) o «eContent», que tem como intuito assegurar a disponibilidade de conteúdos e informações multimédia na língua do utilizador

(www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

. A iniciativa i2010 - Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego veio substituir os planos de acção eEurope, sendo o novo quadro estratégico da Comissão Europeia para a Sociedade da Informação e os meios de comunicação social (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

. Esta surgiu em 2005, no contexto da nova Agenda de Lisboa, marcando o lançamento de uma nova política conjunta para a Sociedade da Informação, com vista ao crescimento sustentado e ao emprego baseados no conhecimento (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

No contexto da iniciativa i2010, de que falaremos mais adiante, foram adoptadas algumas medidas como: a) o «governo electrónico» que inovou os serviços públicos, aumentando a rendibilidade na detecção das necessidades dos cidadãos; b) as «bibliotecas digitais», que aumentaram o acesso ao património cultural, audiovisual e científico da Europa; c) a «eAccessibility», cujo intuito foi simplificar o acesso de todos às TIC, sobretudo, das pessoas com necessidades especiais (www.eurocid.pt/pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&pcot_id=2999&p_est_id=7233).

O Conselho Europeu de 2005 realizado em Bruxelas definiu a necessidade de designar um coordenador da Estratégia de Lisboa em cada país, o qual foi responsável pela coordenação dos Programas Nacionais de Reformas, de forma a conseguir alcançar as metas definidas pela nova Agenda de Lisboa, ou seja, passou a haver um^(a) «sr^(a) Lisboa» (www.eurocid.pt/pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

As várias acções a nível comunitário anunciadas no lançamento da iniciativa i2010 têm registado um desenvolvimento muito positivo, continuando as TIC a ser um grande factor de crescimento e inovação (i2010 – Relatório Anual de 2007 sobre a Sociedade da Informação). Assim, e de acordo com o mesmo relatório, o intuito definido pela UE de dedicar 3% do PIB à I&D provavelmente não conseguirá ser alcançado, prevendo-se que atinja no próximo ano um nível de investimento de aproximadamente 2,6%.

Enquanto as iniciativas Bibliotecas Digitais e Veículo Inteligente estão ainda em desenvolvimento, os serviços públicos em linha já apresentaram fortes ganhos de eficiência. Assim, e de uma forma geral, a banda larga, a administração pública em linha e a literacia digital apresentaram grandes progressos, embora assimétricos, nos Estados (www.eurocid.pt/pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233).

1. Políticas Públicas e a Sociedade do Conhecimento

Para que a Sociedade do Conhecimento se desenvolva é necessário generalizar a utilização de certos equipamentos e infra-estruturas, como os computadores ou a

internet, pelo que se torna da máxima importância desenvolver políticas com vista a estimular a sua utilização e consequente aquisição (www.pt.wikipedia.org/wiki/sociedade_da_informação). As alterações introduzidas pela utilização das TIC não são só técnicas, pois surgem novas estruturas socioeconómicas e novas formas de governação que implicam novas formas de comunicação e relacionamento entre os cidadãos, as empresas e o Estado (PEREIRA, 2002).

O mercado das TIC está a atingir um desenvolvimento vertiginoso, sobretudo nas economias emergentes, pelo que a UE deve acompanhar de perto a evolução do sector nestas regiões (www.edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/desafios_soc_inform.pdf). Por outro lado, deve também desenvolver-se uma estreita cooperação internacional, de modo a combater as ameaças que possam afectar a segurança das redes e a cibercriminalidade (www.edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/desafios_soc_inform.pdf).

1.1. A Estratégia de Lisboa

A União Europeia entrou no Século XXI com novos desafios, como, por exemplo, o envelhecimento demográfico. Assim, para fazer face a estes novos desafios, e partindo do princípio de que uma acção colectiva de todos os Estados-Membros teria um maior impacto e melhores resultados do que uma acção individual de cada país, os Chefes de Estado e de Governo reuniram-se num Conselho Europeu extraordinário em Lisboa, em Março de 2000, durante a segunda Presidência portuguesa da UE, para discutir o futuro económico e social da UE (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Os líderes europeus tinham como intuito converter a União Europeia na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de assegurar até 2010 um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

As decisões da Cimeira de Lisboa estipularam a definição de uma política para a sociedade do conhecimento. Esta política devia basear-se na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos no acesso à educação, aos serviços públicos e ao comércio electrónico, isto é, democratizar o acesso à Internet e a produção de conteúdos que estimulassem o património cultural e científico europeus; no surgimento de uma política de I&D que criasse uma rede transeuropeia de alta velocidade para as comunicações científicas por via electrónica, interligando institutos de investigação, universidades, bibliotecas científicas, centros científicos e escolas; na modernização do modelo social europeu, estimulando um maior investimento nos recursos humanos e na activação das políticas sociais, ou seja, reforçando o combate à exclusão social; na ampliação da formação ao longo da vida, isto é, promovendo a criação de programas especiais para os desempregados, bem como a expansão dos serviços de apoio à família, o que conduz à igualdade de oportunidades e ao crescimento das taxas de emprego na Europa em 2010; na renovação da protecção social, de modo a assegurar serviços de saúde de qualidade e o equilíbrio dos sistemas de pensões; no estímulo do diálogo social e da organização de parcerias com a sociedade civil, isto é, por exemplo, a difusão de empresas com certificação de responsabilidade social no campo da formação profissional, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável; na adopção de uma política de empresa que permitisse valorizar a iniciativa empresarial, sobretudo de Empresas de pequena e média dimensão, através da simplificação administrativa, do acesso ao capital de risco ou da formação de gestores; na promoção de reformas económicas que dinamizassem os mercados de capitais e completassem o mercado interno europeu, contribuindo para a criação de potencial de crescimento e inovação; na definição de políticas macroeconómicas que promovessem o crescimento, o emprego e as mudanças estruturais, ou seja, reduzir a pressão fiscal sobre o trabalho, sobretudo sobre os trabalhadores menos qualificados e mal remunerados; e na introdução de novas prioridades nas políticas educativas, como, por exemplo, a promoção do acesso à Internet em todas as escolas da União ou a conversão das escolas em centros privilegiados para a educação e a formação ao longo da vida acessíveis a todos (www.confagri.pt/ambiente/areastematicas/domtransversais/documentos/doc36.htm).

Em Junho de 2001, o Conselho Europeu de Gotemburgo aprovou uma estratégia de desenvolvimento sustentável que veio acrescentar uma vertente ambiental às dimensões

económica e social assumidas na Estratégia de Lisboa pela União no ano anterior (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

No final de 2004 foi apresentado o relatório Enfrentar o desafio - A Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego, cuja principal conclusão foi que, apesar dos resultados assimétricos entre os Estados-Membros (à excepção da Irlanda e da Finlândia), os objectivos não estavam a ser cumpridos, sendo apresentadas três causas para os fracos desempenhos registados (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Primeiramente, a Estratégia de Lisboa tinha demasiados objectivos e portanto não havia uma clara definição dos aspectos prioritários. Em segundo lugar, a conjuntura económica foi desfavorável. E finalmente houve uma falta de orientação, coordenação e acção, associada à inexistência de uma clara divisão de responsabilidades entre a UE e os Estados-Membros (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Assim, e tendo em conta o relatório de Wim Kok, a Comissão elaborou no início de 2005 o relatório intercalar sobre a Estratégia de Lisboa Crescimento e Emprego – Juntos trabalhemos para o futuro da Europa: um novo começo para a Estratégia de Lisboa (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Tendo por base as sugestões apresentadas pela Comissão no relatório, os Chefes de Estado e de Governo relançaram a Estratégia de Lisboa no Conselho Europeu de 2005. Este relançamento trouxe duas grandes novidades: A primeira foi a concentração da Estratégia em duas prioridades, isto é, assegurar um crescimento económico mais sólido e duradouro e criar mais empregos e de melhor qualidade. E a segunda foi o surgimento de um novo ciclo de governação entre a UE e os Estados-Membros, havendo um maior compromisso por parte dos governos nacionais, pois cada um teve que nomear o seu coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e elaborar um Programa Nacional de Reforma com base nas vinte e quatro orientações definidas pelo Conselho Europeu de Junho de 2005, o qual teve que ter em consideração as especificidades de cada Estado-Membro (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Em Dezembro de 2006, a Comissão Europeia apresentou o seu parecer do primeiro ano de implementação dos 25 Programas Nacionais de Reforma, elaborado com base nos relatórios de progresso entregues por cada Estado-Membro em Outubro

(www.eurocid.pt/pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

A Comissão identificou desafios estruturais coerentes com a perspectiva nacional, sobretudo no que concerne à estrutura da administração pública, ao sistema de qualificações, à flexibilidade e segurança do mercado de trabalho, à coesão social e à política de rendimentos (www.eurocid.pt/pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

A Estratégia de Lisboa renovada está centrada nos objectivos de um maior crescimento económico e de mais e melhores empregos, traduzindo portanto a vontade da União Europeia de ser um modelo de progresso (www.eurocid.pt/pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

De acordo com o professor Carlos Zorrinho (in Revista de Autor de 31 de Março de 2008), a nova estratégia de Lisboa retoma de modo consistente a sua vontade inicial adaptada aos desafios actuais, sobretudo da globalização económica e das alterações climáticas. Assim, e após um período de concentração no crescimento e no emprego, imprescindível para libertar a Europa da asfixia da estagnação, os resultados registados entre 2005 e 2007 tornaram favorável o novo ciclo e o novo impulso da Estratégia de Lisboa para o período 2008-2010, articulando a dimensão nacional, europeia e global numa resposta de modernidade, baseada nos valores éticos e humanistas que informam o projecto europeu (in Revista de Autor de 31 de Março de 2008).

Desta forma, e segundo a mesma fonte, a Estratégia de Lisboa resultante da Cimeira da Primavera de 2008 é ambiciosa e bem definida, quer no plano nacional como no plano europeu, e dotada dos mecanismos apropriados para uma implementação bem estruturada.

Como referimos no início do trabalho, a evolução das TIC tem sido desigual nas diferentes regiões, pelo que a União Europeia tem muito que se esforçar, de modo a poder beneficiar das oportunidades promovidas pelas TIC (in Revista de Autor de 31 de Março de 2008). No entanto, e de acordo com a mesma fonte, os líderes da União estão conscientes de que uma maior utilização destas ferramentas será muito positiva na produtividade e na competitividade europeias.

1.2. Iniciativa i2010: a sociedade da informação e os media ao serviço do crescimento e do emprego

A iniciativa i2010 constitui o novo quadro estratégico da Comissão Europeia que veio estabelecer as grandes orientações políticas para a sociedade da informação e os media (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm). Esta nova política inscrita no âmbito da Estratégia de Lisboa renovada teve por intuito estimular o conhecimento e a inovação para apoiar o crescimento e a criação de mais e melhores empregos (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm).

De acordo com a mesma fonte, a Comissão sugeriu três metas a atingir antes de 2010 para as políticas europeias da sociedade da informação e dos media, ou seja, a criação de um espaço único europeu da informação; o reforço da inovação e do investimento em investigação no campo das TIC; e, finalmente, a promoção de uma sociedade da informação e dos media inclusiva. Com o objectivo de criar um mercado interno aberto e concorrencial para a sociedade da informação e dos *media*, o primeiro intuito da iniciativa i2010 foi a promoção de um espaço único europeu da informação que disponibilizasse comunicações de elevado débito, seguras e a preços acessíveis, conteúdos de qualidade e serviços digitais (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm). A Comissão tentou assim, e de acordo com a mesma fonte, responder a quatro desafios: aumentar a velocidade dos serviços de elevado débito; estimular novos serviços e conteúdos em linha; promover equipamentos e plataformas que comunicassem entre si; e, finalmente, tornar a Internet mais segura.

Para reforçar a inovação e o investimento na investigação relativamente às TIC, a Comissão tentou estimular uma investigação e uma inovação ao melhor nível mundial no campo das TIC, atenuando as assimetrias entre a Europa e os seus maiores concorrentes (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm).

A Comissão reforçou a coesão social, económica e territorial através da criação de uma sociedade da informação europeia que devia ser inclusiva

(www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm). Assim, pretendia apoiar o crescimento e o emprego de forma convergente com o desenvolvimento sustentável, dando prioridade à melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida. Para atingir o objectivo de uma sociedade da informação inclusiva, que disponibilizasse serviços públicos de grande qualidade e melhorasse a qualidade de vida, a Comissão difundiu as directrizes sobre a info-acessibilidade e a cobertura territorial em elevado débito para simplificar a utilização de sistemas TIC a um maior número de pessoas; sugerir uma iniciativa europeia sobre a info-inclusão que abrangesse a igualdade de oportunidades, as competências em TIC e as diferenças regionais; E adoptar um plano de acção para a administração pública em linha e directrizes estratégicas para estimular os serviços públicos a utilizarem as TIC (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm).

No âmbito dos serviços públicos foram postas em prática iniciativas com vista à utilização das TIC em prol da qualidade de vida, isto é, desenvolveram-se transportes mais seguros e menos poluentes e bibliotecas digitais para estimular a diversidade cultural (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm).

A Comissão elaborou propostas para redesenhar os quadros regulamentares das comunicações electrónicas e dos serviços da sociedade da informação e dos *media*, o que foi feito através do recurso aos instrumentos financeiros comunitários para possibilitar o investimento na investigação estratégica e eliminar os nós que limitam a inovação no campo das TIC. Além disso, estimulou as políticas no campo da inclusão e da qualidade de vida (www.scml.pt/media/arquivo/2009/Junho/RC2007.pdf).

Pretendemos salientar que a transição para o Século XXI constituiu uma enorme revolução tecnológica global baseada no conhecimento, mas que pode pôr em risco a participação de alguns grupos populacionais, sobretudo as pessoas com necessidades especiais «Os desenvolvimentos científicos do séc. XX praticamente trouxeram uma terceira revolução industrial, a das novas tecnologias, as quais são essencialmente tecnologias intelectuais. Esta revolução, que foi acompanhada por um maior avanço da globalização, lançou os alicerces da economia do conhecimento, colocando o conhecimento no centro da actividade humana, do desenvolvimento e mudança social. A informação não é conhecimento e a incipiente sociedade de informação mundial só cumprirá o potencial se facilitar a emergência de sociedades de conhecimento pluralista

e participativo que incluam em vez de excluïrem.» in Diário de Notícias de 08 de Julho de 2006.

2. Políticas Públicas e o princípio da igualdade de oportunidades

Em Dezembro de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Resolução 47/3, que definiu o dia 3 de Dezembro como o Dia Mundial das Pessoas com Necessidades Especiais (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2746&itemid=36). De acordo com a mesma fonte, Kofi Annan salientou, em 2006, e no âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que o acesso às tecnologias da informação e comunicação promove oportunidades para todos os cidadãos, realçando a sua primordial importância para as pessoas deficientes. Assim, à medida que o desenvolvimento da Internet e das tecnologias tiver cada vez mais em atenção as necessidades destes cidadãos, não há justificação para que obstáculos de preconceito, infra-estrutura e formatos impeçam a sua participação.

A UMIC (Agência para A Sociedade do Conhecimento) é o organismo estatal português que planeia, dirige e desenvolve os projectos nas áreas da sociedade da informação e do governo electrónico (www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/recursosinformativos/directorio/sociedadeconhecimento.htm). A UMIC envolveu-se com a iniciativa de criar este dia, bem como com os seus objectivos, em vários domínios (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2746&itemid=36). O primeiro (e talvez o mais importante) estava relacionado com a sua actividade diária, através dos Projectos Inclusão e Acessibilidade que pretendiam promover o desenvolvimento, disponibilização e divulgação de ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação que permitissem enfrentar as dificuldades sentidas pelos cidadãos com necessidades especiais (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2746&itemid=36).

Neste sentido, e como refere a mesma fonte, surgiram os Espaços Internet, isto é, locais

de acesso público gratuito onde se disponibilizam computadores ligados à Internet e apoio por pessoas especializadas para que estas tecnologias possam ser utilizadas por todos e, em particular, pelas pessoas com necessidades especiais.

Devemos ainda referir, no âmbito dos financiamentos patrocinados pela linha Inclusão Digital do Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento, um conjunto de projectos que pretendiam disponibilizar no mercado nacional um amplo leque de produtos e serviços vocacionados para as pessoas com necessidades especiais, envolvendo áreas muito diferentes como: a disponibilização em linha de um vasto conjunto de livros digitais; a existência de salas de leitura bem equipadas em bibliotecas com tecnologias assistivas; apoio a doentes acamados; apoio a estudantes portadores de deficiência no ensino superior; equipamento dos centros de recursos do Ministério da Educação com tecnologias inovadoras de produção Braille e de livros sonoros digitais; disponibilização de vários tutoriais de ensino/aprendizagem no campo das TIC; estímulo à utilização de infra-estruturas de eLearning; apoio à autonomia de pessoas idosas (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2746&itemid=36).

Entretanto, foram desenvolvidas algumas medidas como um quiosque multimédia para a inclusão, que pode ser visto no Pavilhão do Conhecimento, no Museu da Criança, no Espaço Monsanto e no Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Dona Estefânia; o e-Escola adaptado para alunos com necessidades especiais cuja Resolução de Conselho de Ministros nº51/2008, de 19 de Março, criou um regime dirigido aos beneficiários da iniciativa com necessidades educativas especiais de carácter permanente, assegurando o seu acesso a computadores adaptados, sem custos suplementares; o Catálogo Nacional das Ajudas Técnicas que constituiu um passo da máxima importância na difusão das ajudas técnicas disponíveis no mercado português; a Biblioteca Aberta do Ensino Superior, que consistiu na junção de dez instituições (entre elas a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), com vista à disponibilização dos mais de três mil títulos produzidos pelos centros de apoio universitários para qualquer estudante com deficiência, independentemente do local onde este se encontre, sendo o espólio composto por documentos em Braille, áudio e texto integral (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm).

O Centro de Engenharia de Reabilitação em Tecnologias de Informação e Comunicação (CERTIC) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem com o apoio da linha

Inclusão Digital do Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento apoiado a integração de crianças com necessidades educativas especiais através de iniciativas como: informação, aconselhamento e prescrição de ajudas técnicas e software educativo; criação e distribuição de materiais gratuitos e formação de professores nos domínios da acessibilidade e das ajudas técnicas (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm). O CERTIC também tem vindo a apoiar a reabilitação de doentes em ambientes hospitalares, estando presente em quarenta hospitais por todo o país, de forma a proporcionar formas de comunicação presencial e à distância aos doentes e a informar os profissionais de saúde sobre as ajudas técnicas para a comunicação.

O Ministério da Educação, através do Centro de Recursos da Educação Especial, tem facultado aos alunos com limitações graves no campo visual a produção e adaptação de livros sonoros, em cassetes áudio, o que muitas vezes não é funcional devido à má qualidade do som, ao elevado número de cassetes, à navegação (apenas linear) e à inexistente interactividade (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm). A transição deste sistema para um sistema digital permitiu melhorar muito a qualidade do serviço prestado. Assim passou a ser possível: a pesquisa por capítulo, com maior facilidade e rapidez de localização dos pontos de acesso à escolha; a mutação do processo de produção de livros sonoros para a produção em formato digital, o que não altera o método de trabalho, mas constitui uma vantagem, necessitando-se apenas de formação específica e adaptação dos técnicos de registo áudio ao novo sistema; o desenvolvimento de menus de exploração sonoros com a consequente facilidade para os destinatários, sendo possível criar marcas auditivas referenciadas e/ou indexadas por menus de exploração, o que constitui uma inovação em Portugal (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm).

Um outro projecto apoiado pelo Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento foi o desenvolvimento do portal *lerparaver*, que foi pensado para deficientes visuais e é gerido por deficientes visuais (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm). De acordo com a mesma fonte, este projecto consiste em disponibilizar um vasto conjunto de informações sobre e para deficientes visuais, pelo que acabou por se tornar numa actividade assumida de forma profissional por uma cooperativa sem fins lucrativos.

Outro projecto é a intervenção da Biblioteca Municipal de Gaia, que se tem destacado em duas áreas distintas: a produção de livros digitais e a gravação áudio digital da Revista Sonora Comunicar; e, por último, a Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro, de Vila Nova de Paiva, recebeu a aprovação da Fundação Calouste Gulbenkian e do Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento para a implementação de um sistema integrado de serviços, em regime de parceria público-privado. O projecto Literacia Digital Sem Fronteiras associou a adaptação de postos informatizados na Biblioteca Pública, Biblioteca Itinerante e Biblioteca Escolar (com software de comunicação aumentativa e síntese de voz), a produção e incorporação de um conjunto de Livros Digitais sonoros com especificações DAISY e um programa específico de formação e certificação em competências básicas da Informação, assistido por tecnologias de apoio (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm).

A criação das infra-estruturas que acabámos de referir, como a existência de leitores de ecrã, por exemplo, insere-se na medida 2.1, ou seja, Acessibilidades/FEDER do Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento que abordaremos no ponto 3 do presente capítulo. Esta medida pretendia promover iniciativas para incentivar o acesso à Internet, sendo o seu peso financeiro de 16% relativamente ao total do programa (PEREIRA, 2002).

O combate à discriminação é uma pedra angular da União Europeia que desde a sua criação tem vindo a promover a igualdade de oportunidades para todos (www.europa.eu/pol/env/index_pt.htm). Contudo, e de acordo com a mesma fonte, ainda há muito para fazer, pelo que as atitudes ou comportamentos discriminatórios com base em estereótipos ou preconceitos prevalecem.

O surgimento de iniciativas ou Programas como as Cidades e Regiões Digitais (que pretende disponibilizar a informação em linha) assumem a máxima importância no contexto da igualdade de oportunidades, sobretudo porque tem em conta a inclusão das pessoas com necessidades especiais, para as quais a informação em suporte digital constitui um grande factor de integração e/ou participação (PEREIRA, 2002; www.acesso.unic.pt).

Actualmente, as potencialidades oferecidas pela globalização são muitas e de muito diferentes naturezas, mas esta acentua as diferenças entre as pessoas

porque só se pode falar verdadeiramente neste conceito quando toda a população (sem excepção) tiver acesso ao mesmo conjunto de conteúdos (www.apagina.pt/arquivo/ImprimirArtigo.asp?...).

A nossa experiência indica-nos que a igualdade de oportunidades (apesar de existirem políticas para a sua promoção) é uma questão meramente teórica, dado que a grande maioria, ou quase totalidade das instituições e repartições públicas não possui computadores adaptados com sistema de voz para pessoas com deficiência visual. A falta de verbas tem impedido a biblioteca municipal de Odivelas, por exemplo, de adquirir estes equipamentos (www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm).

Para responder a estas dificuldades foi desenvolvida a petição pela acessibilidade electrónica portuguesa, que abordaremos no capítulo III, mas que tem como intuito criar condições para permitir que os cidadãos com necessidades especiais tenham acesso à Internet, à televisão, às máquinas de venda automática, ao Multibanco e aos programas informáticos (www.Paginas.fe.up.pt/~pjsousa/index.php?option=com_content&task=view&id=46&itemid=70).

As políticas públicas surgiram porque também surgiram problemas aos quais é preciso dar resposta (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=6&itemid=36). Assim, e no âmbito da Petição pela Acessibilidade Electrónica, o desenvolvimento de políticas públicas pode ser uma forma de combater problemas de acesso às máquinas de venda automática de títulos de transporte, onde os deficientes visuais não conseguem distinguir os diferentes títulos de viagem (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Outra questão da máxima importância foi a etiquetagem dos produtos e o acompanhamento por pessoal especializado nas grandes superfícies comerciais com uma área mínima de trezentos m² (www.netconsumo.com/2009_01_01_archive.html). Por último, outra medida, também limitativa, é a possibilidade de adaptar com sistema de voz apenas alguns modelos de telemóvel, normalmente aqueles cujo preço é mais elevado (www.proside.pt/LinkClick.aspx?link=Proside_Gestao_de...).

Pretendemos assim salientar que a igualdade de oportunidades realmente é possível, mas depende do nível económico de cada um, uma vez que determinados produtos

(como o papel para as impressoras braille, por exemplo) assumem preços exorbitantes (www.portal.juventudesocialista.org/.../Manifesto_Autarquico_Nacional_JS_2009.pdf).

3. O Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento e o princípio da igualdade de oportunidades

O Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento que resultou da reformulação do Programa Operacional para a Sociedade da Informação integrou o III Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, no período de 2000 a 2006 (www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1928). Segundo a mesma fonte, este programa foi aprovado pela União Europeia em Dezembro de 2004 através da Decisão da Comissão C (2004) 5735, que alterou a Decisão C (2000) 1786, de 28 de Julho (aprovou o Programa Operacional da Sociedade da Informação) definindo como objectivos principais: a promoção de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva; a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos através da modernização da Administração Pública; a difusão de conteúdos, aplicações e serviços com valor para a sociedade; a promoção da formação em TIC aos cidadãos portugueses; a aposta na inovação integrada em TIC, de modo a aumentar a competitividade e o valor empresarial.

Para atingir estes objectivos o POS-Conhecimento dividia-se em nove eixos prioritários subdivididos em medidas específicas, nas quais os três primeiros eixos diziam respeito ao POSI, que vigorou entre 2000 e 2006; os cinco eixos seguintes, que correspondiam à reprogramação financeira e estiveram em vigor entre 2004 e 2006; e finalmente o eixo IX que correspondia à assistência técnica (www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1928).

No que respeita à estrutura, e de acordo com a mesma fonte, o Programa era composto pelo Eixo I - Desenvolver Competências, que apresentava a Medida 1.1 - Competências Básicas, a medida 1.2 - Formação Avançada e a medida 1.3 - Investigação e Desenvolvimento; Eixo II - Portugal Digital, que se subdividia nas medidas 2.1 - Acessibilidades, 2.2 - Conteúdos, 2.3 - Projectos Integrados: das cidades digitais ao Portugal digital E 2.4 - Acções Integradas de Formação; Eixo III - Estado Aberto:

Modernizar a Administração Pública, através da medida 3.1; Eixo IV - generalizar o Acesso à Sociedade do Conhecimento, que se repartia nas medidas 4.1 - Reforçar as infra-estruturas de banda larga, 4.2 - Dinamizar a produção de conteúdos e aplicações de banda larga E 4.3 - Promover a utilização da Internet de banda larga; eixo V - Governo Electrónico - Melhor Serviço aos Cidadãos e Empresas, que apresentava apenas a medida 5.1 - Qualidade e eficiência dos serviços públicos; Eixo VI - Desenvolver Competências e Cultura Digital, que se ramificava nas medidas 6.1 - Apoiar o desenvolvimento de competências tecnológicas em inovação em TICs E 6.2 - Acções integradas de formação em TICs; Eixo VII - Inovação Integrada em TIC, ou seja, medida 7.1 - Desenvolvimento de centros de competência em TICs E medida 7.2 - I&D e iniciativas empresariais na área das TICs; Eixo VIII - A Sociedade do Conhecimento como Instrumento de apoio à Descentralização do Território, por um lado a medida 8.1 - Cidades e regiões digitais - a sociedade do conhecimento ao serviço do território e, por outro lado, a medida 8.2 - Acções de apoio ao desenvolvimento de uma rede nacional de descentralização e o Eixo IX - Assistência Técnica.

O foco principal do nosso trabalho centra-se assim no Eixo II, ou melhor na medida 2.1, pois o nosso objecto de estudo relaciona-se com as questões ligadas à acessibilidade.

Tendo em atenção o objectivo da Estratégia de Lisboa, isto é, a criação de uma economia e sociedade baseadas no conhecimento, o governo português aprovou a Iniciativa Estratégica Conhecimento e Inovação, para o período de 2004 a 2006 (www.blogdaformacao.wordpress.com/2004/.../futuro-2010-o-novo-programa-operacional-sociedade-do-conheci...). Esta iniciativa estabelecia, como refere a mesma fonte, quatro domínios prioritários de actuação: a Inovação, a Sociedade da Informação, a reestruturação da Administração Pública e o Desenvolvimento da Ciência e da Formação no Ensino Superior. Para a realização da iniciativa procedeu-se ao ajustamento das medidas em vigor, tendo sido criados o Programa Operacional da Ciência e Inovação e o Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento, também conhecidos por Ciência 2010 e Futuro 2010 (www.blogdaformacao.wordpress.com/2004/.../futuro-2010-o-novo-programa-operacional-sociedade-do-conheci...).

O Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento tinha como intuito apoiar a renovação da administração pública, bem como a concretização da iniciativa nacional

para o crescimento e desenvolvimento científico e tecnológico nos domínios da sociedade da informação, da cultura, da educação, da defesa, da segurança e da saúde (www.blogdaformacao.wordpress.com/2004/.../futuro-2010-o-novo-programa-operacional-sociedade-do-conheci...). Segundo a mesma fonte, este programa beneficiou de um total de seiscentos e trinta e quatro milhões de euros, o que constituiu o maior investimento realizado em Portugal neste campo.

A estrutura do programa assentou em 3 medidas: a eficiência na administração pública, a sociedade da informação e projectos mobilizadores no âmbito da sociedade do conhecimento (www.blogdaformacao.wordpress.com/2004/.../futuro-2010-o-novo-programa-operacional-sociedade-do-conheci...). Assim, a mesma fonte indica que, na eficiência da administração pública assumiu particular ênfase a formação e qualificação dos cidadãos, através de acções de formação específicas para dirigentes ou para a integração de quadros, a atribuição de bolsas de natureza diversa, a elaboração de estudos e a produção de recursos didácticos, bem como investimentos em acções no contexto da administração electrónica e na adopção de soluções seguras na administração pública. Por outro lado, na medida sociedade da informação destacou-se o apoio à formação avançada e a certificação de conhecimentos em tecnologias da informação e da comunicação, com um reforço significativo das bolsas de investigação e de mobilidade entre o sistema científico e as empresas. A medida apoiou também o desenvolvimento de serviços, aplicações e conteúdos seguros e a elaboração de estudos de carácter científico. Finalmente, na medida projectos mobilizadores no domínio da sociedade do conhecimento, os apoios destinavam-se à promoção das regiões do conhecimento através da criação de redes, à elaboração de acções mobilizadoras de âmbito nacional em domínios estratégicos ou de acções mobilizadoras de qualificações e introdução de novas tecnologias nos campos da cultura, educação, defesa, segurança e saúde.

A sociedade da informação trouxe consigo um elevado nível de participação para as pessoas com necessidades especiais, pelo que o Governo apresentou como objectivo promover essa participação (www.iapmei.pt/acessivel/iapmei-57-03.php?lei=3111). Assim, e de acordo com a mesma fonte, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003, de 12 de Agosto, que aprovou o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação, definiu e agendou

um conjunto de medidas vocacionadas para a criação de condições favoráveis à real participação das pessoas com necessidades especiais na sociedade da informação.

Na tentativa de contribuir para o cumprimento das metas definidas no dito Programa, foi aberto, pela Presidência do Conselho de Ministros, no contexto do Programa Operacional para a Sociedade da Informação, uma linha de financiamento de projectos que promovessem a participação dos cidadãos com necessidades especiais na sociedade da informação (www.iapmei.pt/acessivel/iapmei-57-03.php?lei=3111). Desta forma, a mesma fonte afirma que, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, foi criada a linha de financiamento Inclusão Digital - Linha de apoio financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. Por outro lado, e de acordo com os objectivos definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003, de 12 de Agosto, a linha de financiamento inseria-se no contexto das medidas 1.1, «Competências básicas», 2.1, «Acessibilidades» e 2.2, «Conteúdos», dos eixos I e II do Programa Operacional para a Sociedade da Informação (www.iapmei.pt/acessivel/iapmei-57-03.php?lei=3111). Finalmente, e ainda segundo a mesma fonte, foi aprovado o regulamento da linha de financiamento Inclusão Digital.

3.1. O princípio da Igualdade de Oportunidades

Todos os cidadãos beneficiam de igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, à formação, à carreira profissional e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiados ou privados de quaisquer direitos ou isentos de quaisquer deveres por motivos de ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, classe económica e social, instrução, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, nacionalidade, etnia ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical (www.cite.gov.pt/cite/igualdoport.htm). Assim, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (de que falaremos no próximo ponto) realçou que todos os

cidadãos, independentemente do género, raça, etnia, religião, deficiência, idade e orientação sexual têm direito à igualdade de tratamento (www.Europa.eu/pol/env/index_pt.htm).

O nosso trabalho dá particular ênfase às pessoas com necessidades especiais, que beneficiam, nas mesmas circunstâncias, do conjunto de direitos consagrados na Carta Internacional de Direitos Humanos (www.lerparaver.com/node/254). A igual protecção de todos e a não discriminação são, segundo a mesma fonte, os elementos-chave nos quais se basearam os Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos. Contudo, a realidade é diferente, pois em todas as sociedades milhões de pessoas são alvo de práticas e obstáculos discriminatórios, que os impossibilitam de usufruir dos seus direitos e liberdades, tornando mais difícil a sua integração na vida das sociedades (www.lerparaver.com/node/254).

No que respeita à inclusão, Portugal (e apesar da existência de legislação) está mais próximo dos países menos desenvolvidos, do que dos seus parceiros da União Europeia (www.lerparaver.com/node/254). Assim, e segundo a mesma fonte, a importância das parcerias, embora tenha sido demonstrada mais recentemente saiu reforçada, pois a inclusão das questões ligadas à deficiência em iniciativas e campanhas de empresas, sindicatos e organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, exteriores ao movimento da deficiência, tem demonstrado a preocupação em sensibilizar a sociedade para uma temática que no passado era ignorada.

3.2. O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e o ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Devido à existência de diferenças entre vários segmentos da população (homens e mulheres, pessoas com necessidades especiais, minorias étnicas...) foram desenvolvidas iniciativas como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos em 2007 e o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em 2003. Assim, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos pretendia alertar a população para os benefícios

de uma sociedade justa e coesa, pelo que foram desenvolvidas iniciativas com vista ao combate de atitudes e comportamentos discriminatórios, informando os cidadãos sobre os seus direitos e deveres (www.europa.eu/pol/env/index_pt.htm).

Apesar dos progressos verificados na eliminação da discriminação e na promoção da igualdade de oportunidades, há ainda um longo caminho a percorrer, pois a legislação não tem qualquer valor se não se traduzir em acções a longo prazo e não for apoiada pela população (Www.europa.eu/pol/env/index_pt.htm).

O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos foi, segundo a mesma fonte, uma excelente oportunidade para promover uma sociedade mais coesa, fazendo circular a ideia de que todos os cidadãos, apesar do sexo, raça ou etnia, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, beneficiam de igualdade de tratamento. Assim, este ano europeu tinha como intuito promover um debate sobre os meios de ampliar a participação na sociedade, pelo que foi preciso estabelecer um diálogo que permitisse uma maior participação dos grupos alvo de discriminação, bem como uma participação equitativa entre homens e mulheres (Www.europa.eu/pol/env/index_pt.htm).

O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos tentou salientar o contributo positivo que todos os cidadãos, apesar das diferenças, podem dar à sociedade. Além disso, tentou ainda alertar a opinião pública para a importância da promoção de boas relações entre os diversos grupos que compõem a sociedade, de modo a eliminar os preconceitos e a violência (Www.europa.eu/pol/env/index_pt.htm).

No entanto, e apesar de tudo o que temos vindo a referir, constatamos diariamente que muitas das acções ficaram apenas consagradas no papel, pelo que é necessário ir mais além, mas para isso devemos «despirmo-nos» de preconceitos e convidar as próprias pessoas portadoras de necessidades especiais ou as organizações que as representam a participar activamente nas diversas iniciativas, bem como nas experiências de implantação (www.sbhe.org.br/novo/congressos/.../063_helena_ibiapina.pdf; www.lerparaver.com/node/254).

É assim intolerável que em pleno século XXI, as pessoas surdas ou com dificuldades na fala ainda não disponham em Portugal de um serviço telefónico que lhes permita conversar ao telefone (através de texto) com qualquer pessoa (www.acessibilidade.net/redefixa/).

Segundo a mesma fonte, os telefones de texto apareceram nos EUA na década de 60, mas passados quase cinquenta anos ainda não chegaram a Portugal, em grande parte devido à ausência, no quadro das comunicações, de uma política de preços adequada, apesar de tais equipamentos poderem ser financiados pelo Estado como «Ajudas Técnicas».

Por outro lado, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência definiu o plano de acção para o período de 2004 a 2010 e pretendia estabelecer uma abordagem prolongada e operacional em relação às questões ligadas à deficiência na Europa alargada (www.acessibilidade.net/redefixa/). Segundo a mesma fonte, esta abordagem apresentou três objectivos: O primeiro foi a conclusão da aplicação da directiva relativa à igualdade de tratamento no emprego; o segundo dizia respeito ao reforço da integração das questões da deficiência nas políticas comunitárias; E o terceiro, que teve a ver com a promoção da acessibilidade para todos.

Segundo a Comunicação da Comissão de Maio de 2000 Rumo a uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência, todos os obstáculos à plena participação das pessoas com necessidades especiais numa economia e numa sociedade baseadas no conhecimento devem ser suprimidos (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). Neste sentido, e de acordo com a mesma fonte, o Conselho adoptou, em Novembro de 2000, a Directiva 2000/78/CE que proibia todo o tipo de discriminação.

No que concerne à deficiência, a directiva reconhece que o facto de não estarem previstas adaptações no local de trabalho pode ser um factor de discriminação (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência foi uma excelente oportunidade para estas pessoas darem a conhecer as dificuldades que as afectam e contribuírem para definir prioridades estratégicas e incentivar acções específicas, com vista à promoção dos seus direitos e a plena participação na vida social e económica (www.acessibilidade.net/redefixa/).

Segundo a mesma fonte, tanto ao nível dos Estados-Membros como ao nível comunitário, este «Ano Europeu» foi um estímulo para lançar novas orientações políticas e fazer avançar algumas iniciativas. Assim, o principal intuito da Comissão tem sido estimular a prática da igualdade de oportunidades para as pessoas com

necessidades especiais, de modo a criar uma dinâmica duradoura para a plena participação desses cidadãos na sociedade (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). Para o alcançar, a Comissão tem seguido três objectivos operacionais que se completam e apoiam: assegurar a aplicação da directiva sobre a igualdade de tratamento no emprego e lançar o debate sobre a nova estratégia de luta contra a discriminação; integrar as questões da deficiência nas políticas comunitárias e nos processos existentes; e melhorar a acessibilidade aos bens, serviços e áreas edificadas (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

Os principais programas do Fundo Social Europeu e a iniciativa comunitária EQUAL financiaram um vasto conjunto de medidas com vista à inserção dos cidadãos com necessidades especiais no mercado de trabalho (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

Uma forma de atenuar os obstáculos que os cidadãos com necessidades especiais se deparam no campo da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida pode consistir no recurso às novas tecnologias da informação e comunicação que permite a aprendizagem em linha ou «eLearning» (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). Assim, e segundo a mesma fonte, a proposta da Comissão relativa ao programa eLearning faz uma referência específica às necessidades das pessoas com deficiência, da mesma forma que o plano de acção da Comissão relativo à aprendizagem de línguas e à diversidade linguística e o plano de acção em matéria de competências e mobilidade. A Comissão deve assim acompanhar a e-acessibilidade dos conteúdos dos sítios Web e dos meios de comunicação no que concerne à aprendizagem ao longo da vida (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

Os progressos tecnológicos, sobretudo no campo das TIC, representam uma excelente oportunidade para que os cidadãos com necessidades especiais ultrapassem as suas limitações, evitando-se a info-exclusão (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

As acções ligadas à acessibilidade, empreendidas no âmbito do plano de acção eEurope 2002, deram bons resultados, sobretudo na disponibilização dos serviços da administração pública em linha, os quais todavia devem ser acompanhados

(PEREIRA, 2002; www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). Assim, e no seguimento da iniciativa W3C/WAI, os Estados-Membros adoptaram as orientações para a acessibilidade dos sítios Web públicos (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). Por outro lado, e de acordo com a mesma fonte, o plano de acção eEurope 2005 tinha por intuito assegurar a participação, em igualdade de circunstâncias, das pessoas deficientes e de outros grupos minoritários nas principais novidades no campo dos serviços públicos em linha, bem como na criação de um ambiente dinâmico e favorável para o comércio electrónico.

Para assegurar um melhor acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao mercado de trabalho, é necessário promover a concepção e a construção de edifícios que respeitem o princípio do design universal (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). A existência de infra-estruturas culturais e de lazer acessíveis é também, e de acordo com a mesma fonte, fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas deficientes, facto que o Conselho reconheceu na sua resolução de 6 de Maio de 2003 sobre o acesso das pessoas com necessidades especiais às infra-estruturas e actividades culturais, bem como na sua resolução de 21 de Maio de 2002 sobre o futuro do turismo europeu, em que desafia a Comissão, os Estados-Membros e os outros intervenientes a ampliar os seus esforços com vista a simplificar o acesso das pessoas deficientes ao turismo.

No livro Branco A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções a Comissão estimulou uma maior utilização dos transportes públicos acessíveis, sobretudo pelas pessoas com necessidades especiais, pelo que deviam ser estimuladas acções como: a Promoção de normas europeias em todos os domínios ligados às áreas edificadas como o planeamento, a concepção, a construção e a utilização dos edifícios; A promoção da melhoria do ensino sobre as questões da acessibilidade nas escolas, bem como junto dos profissionais; A promoção da inclusão das disposições relativas à acessibilidade nas políticas sobre os contratos públicos e consideração dessa dimensão no quadro da afectação dos fundos estruturais; E o estímulo ao desenvolvimento de estudos de acessibilidade aos sítios e infra-estruturas turísticos e aos transportes urbanos (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

O relatório da Comissão sobre as pessoas com necessidades especiais deve assim prestar uma maior atenção aos esforços desenvolvidos no contexto das políticas

comunitárias para promover a igualdade de oportunidades das pessoas deficientes (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm). O relatório apresentou as contribuições específicas dos Estados-Membros, bem como os resultados por eles registados, sobretudo no que concerne à integração da perspectiva da deficiência em todas as políticas nacionais (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm).

II

Sociedade do Conhecimento e a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades no caso das pessoas com necessidades especiais em Portugal

No caso português, o termo Sociedade da Informação é frequentemente referido pela comunicação social e pelo discurso político (PEREIRA, 2002).

Embora esta questão só tenha entrado no campo político em 1995, é já encarada como um novo domínio de actuação, cujo desenvolvimento é da máxima importância para o nosso futuro (Pereira, 2002).

A sociedade do conhecimento tem por base a elevada qualificação dos cidadãos, a cada vez maior qualidade do emprego e o acesso generalizado à informação, tendo subjacente um novo modelo assente na permanente inovação de métodos, processos e produtos, com uma grande valorização de capital intelectual, o que implica maiores responsabilidades por parte dos sistemas educativo, formativo e de emprego (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). Assim, e segundo a mesma fonte, o sistema educativo deve estimular precocemente a criatividade, promovendo simultaneamente o espírito crítico e o raciocínio rigoroso, tão importantes para o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida e a sociedade do conhecimento. Ainda de acordo com a mesma fonte, o reforço da participação dos adultos em acções de formação contínua ajustadas às necessidades do mercado de trabalho é uma questão de progresso e competitividade.

A política relativa à Sociedade da Informação assumiu uma grande importância em 1997 com o surgimento do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

. Segundo a mesma fonte, e tendo por base uma análise global dos muitos aspectos da vida em sociedade, o Livro surgiu num contexto de expansão da cultura de língua portuguesa no mundo e da promoção de uma sociedade mais culta e informada.

Em 2000, foram desenvolvidos, como instrumentos complementares do eEurope 2002, a iniciativa Internet e o Programa Operacional para a Sociedade da Informação (de que falámos no ponto 3 do capítulo anterior); em 2002, o Governo Constitucional destacou a Sociedade da Informação como uma excelente hipótese para redesenhar a organização do Estado, bem como o seu relacionamento com os cidadãos, salientando-se no seu programa iniciativas como: a) o desenvolvimento de uma estratégia de eGoverno; b) a modernização da Administração Pública e a maximização do acesso à Internet (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233) . Além disso, e segundo a mesma fonte, foi criada a UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento), de que falámos anteriormente.

O Plano de Acção para o Governo Electrónico de 2003 deu particular relevo à renovação da Administração Pública, de forma a permitir uma melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, sobretudo com o projecto do Portal do Cidadão (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233) .

Portugal assumiu assim o desenvolvimento da Sociedade da Informação como uma das suas maiores prioridades (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233) .

Desta forma, e no âmbito do programa político do Governo Constitucional surgiu o Plano Tecnológico, ou seja, uma estratégia que pretende mobilizar todas as vertentes da sociedade portuguesa para a renovação do país e que constitui a base para o Crescimento e a Competitividade do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, no quadro da aplicação da Estratégia de Lisboa em Portugal (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233).

O Plano Tecnológico baseia-se em três vertentes: a) o conhecimento, isto é, qualificar a população para a sociedade do conhecimento; b) a tecnologia, ou seja, combater o atraso científico e tecnológico; c) a inovação, cujo objectivo é adaptar as

estruturas produtivas aos desafios da globalização (www.eurocid.pt\pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233).

De acordo com o i2010-Relatório Anual 2007, Portugal regista resultados inferiores à média europeia em grande parte dos indicadores da Sociedade da Informação (www.eurocid.pt\pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233). Todavia, e no que respeita à adopção das tecnologias 3G e do eGoverno, os valores nacionais são positivos (www.eurocid.pt\pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233). Segundo a mesma fonte, e em termos europeus, a adopção da Terceira Geração, em Portugal, é uma das mais altas e no que toca à televisão digital situa-se entre os 10 melhores.

Os últimos anos em Portugal caracterizam-se pela realização de esforços profundos em todos os indicadores, o que o torna um dos países da União Europeia que maior progresso tem registado na renovação tecnológica (www.eurocid.pt\pls\wsd\wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233).

No que respeita à política da Sociedade da Informação e do Conhecimento, visível através da UMIC, o Governo português definiu um conjunto de medidas relacionadas com a iniciativa i2010 e a Estratégia de Lisboa (www.posc.mctes.pt\). Segundo a mesma fonte, estas medidas fazem parte do Programa Ligar Portugal, integrado no Plano Tecnológico e pretendem adaptar a Sociedade portuguesa aos desafios da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

A acção do Governo na adopção da Sociedade da Informação e do Conhecimento pretende assim fazer de Portugal um dos países mais avançados neste domínio, através:

- a) da elaboração de projectos em vertentes tão diferentes como a ampliação do Acesso em Banda Larga;
- b) da melhoria do serviço prestado pelo Estado aos Cidadãos e Empresas através do Governo Electrónico;
- c) do desenvolvimento de Competências no campo das TIC e de uma Cultura Digital;
- d) da aposta na Inovação Integrada em TIC;
- e) da consolidação da Sociedade do Conhecimento como um mecanismo de apoio à qualificação da descentralização do território (www.posc.mctes.pt\).

A Inclusão e a Acessibilidade são prioridades do Governo português expressas no programa de acção para a Sociedade da Informação Ligar Portugal, integrado no Plano Tecnológico e articuladas com o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com

Deficiência ou Incapacidade (PAIPDI) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 21 de Setembro de 2006 e o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 17 de Janeiro de 2007 (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2897&Itemid=38).

O nosso estudo de caso mostra, em termos práticos, que apesar destas preocupações, ainda estamos muito longe de uma verdadeira inclusão. Deste modo, a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação tem por intuito contribuir para que os cidadãos portadores de necessidades especiais possam beneficiar plenamente das oportunidades que as novas tecnologias da informação e comunicação lhes proporcionem enquanto forma de integração social, bem como de melhoria da qualidade de vida (Pereira, 2002).

Assim, e segundo o mesmo autor, o primeiro passo dado de forma a atribuir a esta Iniciativa um conjunto de sugestões de medidas a adoptar, na tentativa de assegurar aos cidadãos com necessidades especiais os direitos de cidadania foi a aprovação do «Documento Orientador da Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação», no qual foram elencados os princípios que devem contextualizar as medidas e as iniciativas.

No âmbito desta Iniciativa, uma das orientações primeiramente definidas (e talvez das mais importantes) correspondeu à necessidade de determinar que a acessibilidade dos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos Web de serviços e organismos públicos deve ser promovida, pelo que os Serviços devem preocupar-se com a organização e forma de apresentação da informação que colocam on-line (PEREIRA, 2002).

Os serviços e organismos públicos devem assim adoptar soluções que garantam que a interacção com os sistemas possa ser feita sem recurso à visão, movimentos precisos e que a compreensão da informação, bem como a respectiva pesquisa possa ser elaborada através de meios auditivos ou visuais (Pereira, 2002).

É de salientar a participação de Portugal na Associação Ambient Assisted Living fundada em 2007 para gerir projectos europeus de I&D no domínio da vida assistida por ambientes inteligentes apoiados nas Tecnologias de Informação e Comunicação e cujo

financiamento é patrocinado pelos fundos do programa Quadro de Investigação da União Europeia (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2897&Itemid=38).

No contexto da sociedade do conhecimento, as tecnologias da informação e comunicação são ferramentas de extrema importância para a qualificação das pessoas, sobretudo no Ensino; para a prestação de serviços aos cidadãos, principalmente os da Administração Pública; para o funcionamento do sistema produtivo, organização do trabalho e modernização das infra-estruturas (www.janelanaWeb.com/digitais/rui_rosa9.html).

A sociedade actual promove em simultâneo inúmeras oportunidades de progresso, mas também sérios riscos de exclusão, pelo que Portugal tem que avaliar cuidadosamente as realidades e os meios ao seu dispor, a fim de poder decidir conscientemente e actuar sobre o curso dos acontecimentos, através de estratégias que suportem o seu desenvolvimento (www.janelanaWeb.com/digitais/rui_rosa9.html).

A inovação em saúde surgiu em 2005 como um elemento-chave para uma «reforma da saúde» que chegue ao terreno, um meio facilitador da integração precoce da saúde nos objectivos do plano tecnológico, uma resposta ao apelo do Presidente da República para promover a inovação e a sociedade em rede, posicionando-se adequadamente para a renovação da Estratégia de Lisboa e a posterior directiva sobre serviços da União Europeia (www.appsp.org/eventos/details/5-sociedade-em-rede-e-saude.html).

Para que as pessoas que entram na vida activa registem uma participação plena na economia do conhecimento, é preciso que o seu nível de formação seja suficientemente alto (www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf). De acordo com a mesma fonte, e como na Europa parece ocorrer o inverso, é preciso que o nível habilitacional seja aumentado.

1. A Estratégia de Lisboa em Portugal

A Estratégia de Lisboa foi definida em 2000 numa cimeira realizada em Lisboa, na qual se afirmou que a Europa devia ser transformada, até 2010, na economia mais competitiva e dinâmica do Mundo, permitindo a criação de mais e melhores empregos e maior coesão social (FONTAINE, 2003).

De acordo com as prioridades da Estratégia de Lisboa, o Governo português definiu o conhecimento, a qualificação, a sociedade da informação, a tecnologia e a inovação como elementos-chave da política económica, assumindo o Plano Tecnológico como o seu principal instrumento de intervenção (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa; www.portugal.gov.pt/portal/print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d).

O Plano Tecnológico é o instrumento central da mudança do modelo de desenvolvimento da economia portuguesa, de uma estratégia assente nos recursos e na produção, para uma estratégia focada no conhecimento e na inovação, isto é, na criação de novas tecnologias, novos produtos, novas empresas e novos mercados (www.portugal.gov.pt/portal/print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d).

O Ministério da Economia e Inovação introduziu o Plano Tecnológico com o arranque de um conjunto articulado de orientações dirigidas para a I&D, a inovação e a mobilidade de recursos humanos (www.portugal.gov.pt/portal/print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d). Neste sentido, e segundo a mesma fonte, destacam-se iniciativas como: a) o Inov-Jovem, que é um programa de apoio que consiste na integração em PME de mil jovens quadros por ano, com qualificações superiores em áreas-chave para a inovação e o desenvolvimento empresarial; b) o Inov-Contacto, que é um programa de estágios dirigido a jovens quadros vocacionados para a aquisição de experiência internacional em empresas e outras instituições de excelência localizadas no estrangeiro e com forte actividade inovadora; c) a reposição do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), em parceria com o

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, interrompido com a Lei do Orçamento de Estado de 2004; d) os PIN, uma iniciativa para desburocratizar os processos de decisão associados a projectos de interesse nacional; e) a criação de uma empresa na hora, um passo fundamental para o avanço da iniciativa empresas, da responsabilidade dos CFE e conservatórias do registo comercial; f) a redefinição estratégica do PRIME, centrada na aceleração do investimento empresarial, nas prioridades do plano tecnológico e na internacionalização das empresas, sobretudo para Espanha.

No final de 2004, e como os efeitos eram praticamente nulos em quase todos os Estados-membros, o antigo primeiro-ministro holandês procedeu à análise das causas de tal atraso (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611). Desse estudo, e segundo a mesma fonte, concluiu-se que um dos grandes problemas foi a vontade de se atingir em simultâneo muitos objectivos e muito variados. Assim, foi considerado indispensável relançar com a maior rapidez a Estratégia de Lisboa e proceder a uma redefinição das prioridades para o crescimento e o emprego (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

Para tal foi necessário disponibilizar todos os meios nacionais e comunitários nas três vertentes (económica, social e ambiental) da Estratégia, desenvolvendo em simultâneo as sinergias entre elas (www.Portal2.ipb.pt/portal/page?_pageid=354,721949&_dad=portal&_schema=portal; www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf).

Em Junho de 2005, o Conselho Europeu aprovou as Orientações Gerais para as Políticas Económicas, que garantem a coerência económica geral das três componentes da Estratégia, bem como as Orientações para o Emprego (www.estrategiadelisboa.pt/m2InnerPage.aspx?...).

A Estratégia de Lisboa foi assim relançada, centrando-se agora nos objectivos de um maior crescimento económico e de mais e melhores empregos (www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11325.htm). Para promover o crescimento, a Comissão pretendia: a) tornar a União Europeia mais atractiva para os investidores e trabalhadores através do aprofundamento do mercado interno, da melhoria das regulamentações europeias e nacionais, da garantia de mercados dinâmicos, e, finalmente, do desenvolvimento das infra-estruturas; b) estimular o conhecimento e a

inovação, melhorando o investimento na investigação e no desenvolvimento, simplificando a inovação, a adopção das tecnologias da informação e comunicação e uma utilização sustentável dos recursos, bem como apoiando a criação de uma base industrial europeia sólida (www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf).

A nova Estratégia de Lisboa procura atrair um maior número de pessoas para o mercado de trabalho através de acções que permitam conjugar a vida profissional com a vida familiar, da promoção do envelhecimento activo, da defesa da igualdade de oportunidades, da regularização do mercado de trabalho paralelo e do estímulo à criação de postos de trabalho e de parcerias locais para o crescimento e o emprego (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf).

Os resultados atingidos por Portugal desde a adopção da Estratégia de Lisboa até ao relançamento em 2005 não foram muito favoráveis (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf). Segundo a mesma fonte, um desses elementos diz respeito ao reduzido crescimento económico do PIB naquele período, tendo-se afastado da média comunitária, com implicações muito negativas sobre o mercado de emprego. Se na União Europeia o investimento em I&D é mais baixo que nos EUA e no Japão, o valor para Portugal é ainda mais evidente e preocupante, pois o nosso investimento é ainda mais reduzido (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf). Contudo, e segundo a mesma fonte, tem-se verificado uma pequena melhoria nos últimos anos, o que se deve sobretudo a um forte esforço do investimento público que recentemente abrandou devido aos constrangimentos orçamentais. Assim, uma das nossas grandes fraquezas relativamente à UE e aos EUA tem a ver com a baixa taxa de conclusão do ensino secundário, bem como a reduzida participação dos trabalhadores em acções de formação profissional (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf).

Devido ao balanço assimétrico, que apresentou progressos muito positivos em algumas áreas e em certos países, mas sobretudo barreiras e atrasos nítidos na maioria dos Estados-membros, a Estratégia de Lisboa foi redefinida em torno de duas prioridades, isto é, atingir um crescimento mais forte e sustentável e criar mais e melhores empregos (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf).

O Conselho Europeu considerou da máxima urgência renovar as bases da sua competitividade, aumentar o seu potencial de crescimento, bem como a sua

produtividade e reforçar a coesão social, apostando sobretudo no conhecimento, na inovação e na valorização do capital humano (www.portugal.gov.pt/portal/print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d).

Para alcançar os objectivos prioritários, a Estratégia de Lisboa renovada exigiu uma evolução baseada em três eixos fundamentais: a) tornar o conhecimento e a inovação na base do crescimento sustentável europeu, domínio em que se mantém a ambição de atingir um nível de investimento de 3% do PIB, divididos entre investimentos públicos e privados, devendo os Estados-membros desenvolver a sua própria política de inovação, melhorar os mecanismos de apoio às PME inovadoras e promover a investigação entre empresas e universidades, sendo também destacado o papel do Banco Europeu de Investimento no financiamento de projectos de I&D; b) tornar a Europa mais atractiva para investir e para trabalhar, pois o Conselho deu particular ênfase à conclusão do Mercado Interno, criando-se um espaço e quadro regulamentar mais benéfico para as empresas, salvaguardando-se em simultâneo o modelo social europeu; c) o crescimento e o emprego ao serviço da coesão social, área em que a Agenda Social é vista como um forte contributo para a concretização da Estratégia e dos objectivos de Lisboa, reforçando o modelo social europeu e promovendo melhores empregos e maior coesão social (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf).

Com o relançamento da Estratégia de Lisboa para o período 2005-2008 foi desenvolvida uma nova abordagem, a qual teve por base um ciclo de três anos e cujas fases foram A adopção das orientações Integradas, constituídas pelas directrizes Gerais das Políticas Económicas e Orientações para o Emprego; realização de Relatórios anuais de acompanhamento da Estratégia de Lisboa pelos Estados-membros, que foram enviados à Comissão e a partir dos quais esta elaborou um relatório comunitário sobre a implementação da Estratégia e se pronunciou sobre as alterações e ajustamentos a realizar (www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf).

A Estratégia de Lisboa renovada foi uma excelente oportunidade para Portugal retomar uma agenda de modernização que lhe permite renovar a confiança, a competitividade e a coesão à escala planetária (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadeli sboa). Portugal atravessa novamente, e segundo a mesma fonte, uma fase decisiva da sua

História, pois 2005 marcou não só a renovação da estratégia de Lisboa, mas também e sobretudo o relançamento de um Portugal moderno, coeso e competitivo.

Com o relançamento da Estratégia de Lisboa foi também decidido que ficaria a cargo dos Estados-Membros elaborar um Plano Nacional de Reforma, no qual seriam incluídas linhas orientadoras comuns e recomendações específicas e reflectindo uma Estratégia Nacional, que tivesse em conta as especificidades nacionais na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa, sendo também sugerida a nomeação por cada país de um Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). Em Portugal, através da resolução do Conselho de Ministros nº 176/2005, foi criada uma estrutura flexível de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa, cujo coordenador é o Professor Carlos Zorrinho (www.portal2.ipb.pt/portal/page?_pageid=354,721949&_dad=portal&_schema=portal).

Assim, e no âmbito dos PNR foi estabelecido um conjunto de 24 orientações que foram válidas até 2008 (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). No entanto, um ano depois (Dezembro de 2006), a Comissão Europeia apresentou o seu parecer do primeiro ano de implementação dos 25 Programas Nacionais de Reforma, elaborado com base nos relatórios de progresso apresentados por cada Estado-Membro em Outubro (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

No que respeita ao PNR português, a mesma fonte indica que a apreciação da Comissão foi muito favorável, pois reconheceu explicitamente o esforço desempenhado pelo governo para atingir resultados positivos nas três vertentes da estratégia. Por outro lado, a Comissão defende que o Plano Tecnológico contribuiu activamente para reforçar a implementação da Estratégia de Lisboa em Portugal (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). A Comissão Europeia identificou desafios estruturais coerentes com a perspectiva nacional, sobretudo no que concerne à organização da administração pública, às qualificações, à flexibilidade e segurança do mercado de trabalho, à coesão social e à política de rendimentos (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

site=estrategiadelisboa). Afirmou ainda, segundo a mesma fonte, que para atingir esses desafios estruturais, o Governo português tem vindo a definir medidas apropriadas ao modelo de equidade e competitividade constante do seu programa, sendo que pela sua natureza estrutural essas medidas continuam ainda numa fase inicial.

No contexto da adopção das orientações da Estratégia de Lisboa em Portugal, a Comissão Europeia salientou: a) o equilíbrio das contas públicas; b) o investimento em I&D e Inovação; c) a concorrência nos serviços; d) o aumento das taxas globais de emprego; e) a organização do mercado de trabalho; f) o aumento das qualificações; g) a aprendizagem ao longo da vida (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

Apesar dos fundos destinados aos velhos países da coesão terem sido reduzidos, o montante de 22,5 mil milhões de euros atribuído a Portugal constituiu um resultado positivo (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). Por outro lado, e como refere a mesma fonte, as orientações da Comissão Europeia indicam que os Estados-membros cuja adesão é anterior a 2004 devem passar a utilizar os fundos sobretudo na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa, isto é, os recursos comunitários deixam de se destinar ao co-financiamento de infra-estruturas e passam a dirigir-se à modernização do tecido económico e empresarial, bem como à qualificação e à reconversão profissionais (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

As orientações para a preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que vai controlar a gestão destes fundos, definem quatro prioridades principais, todas elas alinhadas com os desafios da Estratégia de Lisboa: a) qualificar os cidadãos, ou seja, investindo no conhecimento e na melhoria do desempenho do sistema de educação e formação; b) promover a competitividade através da renovação tecnológica, da inovação e da renovação do tecido empresarial e produtivo; c) reestruturar a administração pública, reduzindo os custos públicos, combatendo a burocracia e prestando serviços públicos de melhor qualidade; d) valorizar o território, salvaguardando o ambiente, ordenando a gestão territorial e rentabilizando a rede de infra-estruturas

(www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

No que concerne às qualificações, à inovação, à investigação e à ciência, o PNACE 2005-2008 previa um conjunto de directrizes e políticas emblemáticas como: a) a criação de uma «Via Verde» para produtos inovadores, simplificando os mecanismos de apoio à criação de empresas de carácter tecnológico e à oferta de «capital semente» geridos pela Agência de Inovação e a atribuição anual da Etiqueta «Inovação 2000» aos produtos inovadores; b) a reposição do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial; c) a promoção dos programas de apoio à investigação em consórcio e à integração de mestres e doutores nas empresas, ligando em rede os centros de valorização de resultados da I&D; d) a garantia da ligação em banda larga de todas as escolas do País; e) a promoção da abertura do ambiente escolar facilitando a utilização de computadores em casa pelos estudantes; f) a criação do Fórum para a Sociedade da Informação; g) o Programa de generalização do ensino do inglês no ensino básico; h) a Iniciativa Novas Oportunidades; i) o reforço do sistema de educação e de formação no quadro da aprendizagem ao longo da vida; j) a introdução do ensino do empreendedorismo em escolas secundárias (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

A Comissão refere que no primeiro ano de actividade do PNACE surgiram reformas estruturais de grande envergadura em várias áreas, como, por exemplo, a educação e a formação, a segurança social ou a aposta nas energias renováveis, o que se reflecte na competitividade da economia portuguesa a médio prazo (www.estrategiadelisboa.pt/m2innerpage.aspx?idcat=340&idmastercat=334&idlang=1&site=estrategiadelisboa).

De forma a promover a inclusão social, a Comissão tem desempenhado um papel muito activo no combate da xenofobia e do racismo, bem como na tentativa de promover a igualdade de oportunidades com base no género e das pessoas com necessidades especiais (www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf).

De modo a aumentar a competitividade económica, a Agenda de Lisboa aposta fortemente na qualificação dos cidadãos, das empresas, das instituições e do território (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). A Estratégia de Lisboa pretende assim preparar a transição para

uma economia e uma sociedade baseadas no conhecimento através: a) da aplicação de melhores políticas no campo da sociedade da informação e da I&D, bem como da aceleração do processo de reforma estrutural para proporcionar a competitividade e a inovação e da conclusão do mercado interno; b) renovar o modelo social europeu, investindo nas pessoas e combatendo a exclusão social; c) sustentar as sãs perspectivas económicas e as boas previsões de crescimento, aplicando uma eficaz articulação de políticas macroeconómicas (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Na tentativa de preparar a transição para a economia competitiva e dinâmica, a União Europeia deve ter em atenção as seguintes prioridades: a) uma sociedade de informação totalmente inclusiva; b) a criação do Espaço Europeu da Investigação e da Inovação; c) a criação de um ambiente propício ao lançamento e ao desenvolvimento de empresas inovadoras, sobretudo de pequena dimensão; d) reformas económicas que promovam um mercado interno completo e operacional; e) mercados financeiros eficientes e integrados; f) A coordenação das políticas macroeconómicas, ou seja, consolidação orçamental, qualidade e sustentabilidade das finanças públicas; g) educação e formação ao longo da vida e o trabalho na sociedade do conhecimento; h) desenvolvimento de uma política de emprego activa; i) renovação da protecção social e promoção da inclusão social (www.Portal2.ipb.pt/portal/page?_pageid=354,721949&_dad=portal&_schema=portal).

No Conselho Europeu de 2008 foi apresentado o novo ciclo da Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e o emprego (2008-2010) (www.ultraperiferias.blogspot.com/2007/12/europa-estrategia-de-lisboa-renovada.html). Considerou-se que a implementação da Estratégia está a ser positiva, mas a cada vez maior insegurança face ao ambiente económico internacional exige a implementação das reformas previstas, assegurada através de um aumento do controlo institucional e do desenvolvimento de metodologias apropriadas, pelo que foram estabelecidas quatro prioridades: a) a preocupação com os cidadãos; b) a preocupação com o ambiente; c) uma economia mais competitiva; d) a aposta no conhecimento e na inovação (www.cam_as_i_as.blogs.sapo.pt/5767.html).

Quando Portugal aderiu à então CEE, os fundos talvez tenham sido excessivamente concentrados na área de Lisboa, bem como em estradas e auto-estradas, pelo que a partir

de agora vai ser necessário vocacionar os investimentos para a investigação científica, a inovação, o ambiente ou o ensino (www.confagri.pt/ambiente/areastematicas/domtransversais/documentos/doc36.htm).

Quando Manuel Castells veio a Portugal para dirigir o Seminário Internacional sobre «A Sociedade em Rede e a Economia do Conhecimento» afirmou expressamente que os países melhor sucedidos na aplicação da Estratégia de Lisboa foram aqueles em que o Estado entendeu que o seu papel era dinamizar a inovação, apoiar o empreendedorismo e fazer da inovação tecnológica e social uma força dinâmica de mudança (www.portugal.gov.pt/portal/print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d). Por outro lado, e segundo a mesma fonte, nos países em que o Estado adoptou um modelo neoliberal ou se prendeu com interesses corporativos, não se registou qualquer avanço.

As políticas destinadas à promoção do investimento em conhecimento e ao reforço da capacidade inovadora centram-se em três áreas principais: a) o aumento e melhoria do investimento em I&D, no âmbito do qual a Comissão aconselha os Estados-Membros a desenvolverem um conjunto de medidas destinadas à promoção da I&D empresarial, sobretudo melhorar as condições de enquadramento e o ambiente competitivo das empresas, praticar a eficácia da despesa pública em I&D, reforçar os centros de excelência, recorrer a incentivos fiscais para promover a I&D privada, garantir uma oferta suficiente de investigadores qualificados e estimular a mobilidade dos recursos humanos; b) a promoção da inovação e da utilização das TIC, sendo que os Estados-Membros devem centrar-se na melhoria dos serviços de apoio à inovação, na criação de pólos e redes de inovação, na promoção da transferência de conhecimento através do investimento directo estrangeiro, na melhoria do acesso ao financiamento; c) na definição de direitos de propriedade intelectual adequados (www.portugal.gov.pt/portal/print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d).

2. Contributo das TIC para os objectivos de Lisboa

A União Europeia tem um longo caminho a percorrer, de forma a beneficiar de todas as oportunidades promovidas pela utilização das TIC no âmbito da concretização dos objectivos definidos em Lisboa (www.edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/desafios_soc_inform.pdf). Assim, e segundo a mesma fonte, um maior recurso a estas tecnologias tem impactos positivos na produtividade e competitividade europeias, assim como na sociedade em geral. Além disso, as TIC promovem o exercício da cidadania e melhoram a qualidade de vida, permitindo o acesso a serviços de melhor qualidade a um número mais elevado de pessoas.

As tecnologias da informação e comunicação constituem um desafio considerável nos vários domínios, apresentando também um importante potencial na criação de emprego (www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf). Assim, e segundo a mesma fonte, a Comissão tenciona melhorar a qualidade e quantidade dos empregos na União Europeia a curto prazo, o que é possível devido ao impacto das TIC.

Para criar mais e melhores empregos, a Comissão tem que envolver um maior número de pessoas no mercado de trabalho e renovar os sistemas de protecção social, através da adopção de políticas que incentivem os trabalhadores a permanecer activos e reformar o sistema de protecção social, de forma a assegurar um melhor equilíbrio entre segurança e flexibilidade; promover uma melhor integração dos trabalhadores e das empresas e aumentar a flexibilidade dos mercados de trabalho, para facilitar a adaptação da Europa aos processos de reestruturação e à evolução dos mercados; e aumentar o investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências, sobretudo a formação ao longo da vida (www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf). Neste sentido, e de acordo com a mesma fonte, é fundamental garantir que a transição económica e social (por mais acelerada que seja) não exclua nenhum grupo social e que os benefícios do seu crescimento sejam partilhados equilibradamente.

O governo electrónico tem sido um forte contributo para modernizar a economia e a sociedade europeias, prioridades importantes para o aumento da competitividade das

empresas e a criação de emprego, o crescimento económico e a inovação (www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n9/n9a02.pdf).

3. A Petição pela Acessibilidade Electrónica Portuguesa: uma tentativa de atingir a igualdade de oportunidades

Com o intuito de promover a igualdade de oportunidades, um grupo de pessoas com necessidades especiais solicitou à Assembleia da República que legislasse no sentido de possibilitar a acessibilidade em vários domínios aos cidadãos com necessidades especiais, bem como a imposição de sérias obrigações e sanções para a sua violação (www.Paginas.fe.up.pt/~pjsousa/index.php?option=com_content&task=view&id=46&itemid=70).

De acordo com a mesma fonte, esta petição entrou electronicamente na Assembleia da República e foi dirigida ao seu Presidente, que a remeteu à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

A Petição pela Acessibilidade Electrónica Portuguesa foi subscrita por sete mil quatrocentos e trinta e um cidadãos e, segundo o relatório publicado no portal Ler Para Ver, reúne os requisitos definidos no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, bem como nos artigos 9.º e 17.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

A Petição, segundo a mesma fonte, pretendeu Mostrar que: a) um serviço ou produto acessível aos cidadãos com necessidades especiais é acessível a todos os outros; b) alertar que a população idosa e as pessoas com deficiência (de acordo com os dados dos censos de 2001) corresponde a dois milhões duzentos e quarenta e oito mil e seiscentas pessoas (e isto sem contar com os cidadãos idosos com a deficiência declarada) que corresponde a 21,6% das pessoas residentes em Portugal; c) Salientar que as novas

tecnologias da Informação e Comunicação se tornaram para as pessoas com necessidades especiais um meio importantíssimo de inclusão e participação social, aproximando-as dos outros e proporcionando-lhes integrar o mundo da informação, do entretenimento e da discussão e troca de ideias com independência e eficácia, bem como possibilitou a sua evolução profissional colocando-os, muitas vezes, em igualdade com os outros funcionários; e) Evidenciar que os meios tecnológicos adquirem cada vez maior relevo e estão presentes em praticamente todas as vertentes do dia-a-dia, mas a maioria dos produtos e serviços são concebidos sem ter em atenção o conceito de «desenho universal», o que frequentemente limita ou impede as pessoas com necessidades especiais de os utilizar, correndo o sério risco de serem infoexcluídas; f) uma vez que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99, de 26 de Agosto definia normas relativamente à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos e serviços públicos, da qual decorreu a Petição pela acessibilidade electrónica portuguesa, foi publicada há dez anos, é tempo de avançar algo mais neste domínio; g) tendo 2007 sido o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, e dado que Portugal assumiu no segundo semestre a Presidência do Conselho da União Europeia, algo de mais «sério» devia ter sido feito.

O computador «Magalhães», por exemplo, foi desenvolvido sem que tenha sido pensada uma versão adaptada para cidadãos com estas necessidades. Apesar das adaptações a que este está a ser submetido, constitui, de início, um factor de exclusão, ou seja, não se teve em conta o princípio do «Desenho Universal» (www.lerparaver.com/node/8412).

Dada a importância da questão, este grupo de pessoas solicitou a publicação de um acto legislativo, Lei da Assembleia da República ou Decreto-Lei do Governo que assegure maior acessibilidade aos cidadãos com necessidades especiais em seis domínios: Internet, programas informáticos, televisão, comunicações electrónicas, Multibanco e máquinas de venda automática de produtos e serviços; a imposição de sérias obrigações e sanções no caso de violação da Norma; a integração de disciplinas que abordem a adequação ou adaptação dos serviços e produtos aos cidadãos com necessidades especiais nos curricula dos cursos superiores que possuam ligação à questão da acessibilidade electrónica; o Estado assuma um papel determinante, pelo que, após um período de transição, passe a adquirir exclusivamente produtos e serviços completamente acessíveis (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

No campo da Internet sugerem que os sites WEB respeitem o mínimo de acessibilidade, de acordo com as normas de acessibilidade do W3C, pelo que defendem que deve ser obrigatório que os sites da administração pública e das grandes empresas respeitem o nível «AA» do W3C; as médias empresas e instituições particulares de solidariedade social respeitem o nível «A» do W3C; os sites de entidades ou instituições que prestem serviços básicos respeitem o nível «A» das normas definidas pelo W3C (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Segundo a mesma fonte, os assinantes da petição salientam a importância da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99, de 26 de Agosto, mas afirmam que pelo facto desta ser a primeira grande iniciativa neste campo necessita que as medidas previstas adquiram carácter jurídico.

No campo dos programas informáticos atribuem particular importância à necessidade de, sobretudo as escolas e as entidades patronais (públicas ou privadas) serem obrigadas a criar ou adoptar software acessível (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Por outro lado, e no que concerne à televisão, as alterações à Lei ainda não tinham sido definidas quando a petição foi apresentada, pelo que os assinantes chamaram a atenção para três questões que entendiam ser da máxima importância: A existência de um regulamento (num prazo máximo de seis meses) que defina os valores mínimos de programação adaptada e a sua evolução no sector público e privado; os operadores das redes de televisão digital terrestre e televisão por cabo devem ser obrigados a disponibilizar canais suplementares ou meios técnicos equivalentes para a legendagem, interpretação gestual e audiodescrição, bem como a adoptar sistemas electrónicos (hardware, software e conteúdos multimédia) de interacção pessoa-televisão baseados em princípios de desenho universal, sobretudo na utilização simples e intuitiva; Iniciar, num período de seis meses, um processo de criação de normas nacionais de acessibilidade à televisão (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Por outro lado ainda, e no que respeita ao Multibanco, destacam a importância de serem criadas condições para que todos os cidadãos possam aceder e utilizar eficazmente os serviços disponibilizados nas caixas Multibanco (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). É também, e segundo a mesma fonte, crucial assegurar que qualquer pessoa possa utilizar com segurança os terminais de pagamento automático em lojas ou repartições públicas.

Finalmente, e no que toca às máquinas de venda automática de produtos e serviços é necessário adoptar medidas que assegurem que todos os equipamentos são acessíveis, sobretudo os de maior importância e os relacionados com os transportes (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

O Governo e a Assembleia da República foram desenvolvendo um conjunto de iniciativas que se enquadra numa política mais vasta, a qual se encontra consubstanciada no Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PAIPDI) 2006-2009, onde figuram medidas para a promoção do acesso das pessoas com necessidades especiais a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de modo a proporcionar a sua plena participação (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Assim, a mesma fonte indica-nos que, em relação à Internet, e dado que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99, de 26 de Agosto, não conseguiu responder ao seu objectivo, tentou-se estabelecer a adopção de determinados requisitos mínimos nas soluções técnicas utilizadas, pelo que em Outubro de 2007 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007 que definiu as directrizes relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos da administração pública, determinando o cumprimento das normas de conformidade do W3C.

De acordo com o PAIPDI foram definidas orientações que permitam o acesso das pessoas com necessidades especiais à sociedade da informação, sobretudo no que concerne ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da língua gestual no serviço público de televisão e ao aumento de emissões televisivas que possam ser compreendidas pelas pessoas com deficiência através da legendagem automática (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Assim, e de acordo com a mesma fonte, a aprovação da Lei da Televisão impôs como responsabilidade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social a definição de um conjunto de obrigações que permita que as pessoas com necessidades especiais acompanhem as emissões.

No início de 2007 foi adoptada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007, que aprovou o Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade, o qual previa um

conjunto integrado de orientações com o intuito de promover a acessibilidade ao meio edificado, mas também às novas tecnologias da informação e comunicação a pessoas com necessidades especiais (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Entre as medidas destacam-se acções como o acesso às interfaces dos ATMs e aos equipamentos e interfaces de venda de títulos de transporte, por cidadãos deficientes, sobretudo visuais, auditivos e motores (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

O metro do Porto, por exemplo, caracteriza-se pelo desenvolvimento de dois projectos comunitários: «Infometro» e «Navmetro», em colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a ACAPO, ao abrigo do POS-Conhecimento de Investigação e que actuam no domínio da comunicação e encaminhamento de pessoas com necessidades especiais, sobretudo cegos e amblíopes (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

O Infometro é um projecto que tem por intuito um serviço de informação geral da rede do Metro do Porto, que permite o encaminhamento de qualquer ponto da cidade até à estação mais próxima e fornecer informação sobre o horário dos transportes e o tempo máximo de espera (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Por outro lado, e segundo a mesma fonte, o Navmetro é um complemento do Infometro para o interior das estações, ou seja, o sistema converte a informação escrita em informação sonora, presente na estação, permitindo a deslocação até ao ponto de interesse. Ambos os projectos funcionam através da utilização de telemóvel (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

A Transtejo/Soflusa e o Metropolitano de Lisboa têm procurado desenvolver medidas específicas de apoio ao passageiro como, por exemplo, o Sistema de informação sonora de texto e electrónicos, sobre serviços e horários nos terminais e no interior das embarcações, destinado à população em geral, mas sobretudo para as pessoas com deficiência visual e auditiva (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Embora não tenhamos ainda referido a Lei n.º46/2006, de 28 de Agosto, reconhecemos a sua imensa importância, dado que proíbe e pune todo e qualquer tipo de discriminação em virtude da deficiência e da existência de risco agravado de saúde que pode ser activada em caso de práticas discriminatórias no acesso à habitação, à saúde, aos

transportes, à educação, às novas tecnologias, à utilização e divulgação da língua gestual e no trabalho e emprego (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Finalmente, e de acordo com o Programa Operacional de Desenvolvimento Humano, Eixo 6, do Quadro de Referência Estratégico Nacional foram consagradas medidas de apoio à acessibilidade electrónica, entre as quais se salientam as intervenções destinadas a promover o acesso a recursos técnicos e a competências em TIC que promovam a acessibilidade dos cidadãos portadores de necessidades especiais aos serviços educativos (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Por outro lado, e relativamente à promoção da acessibilidade pela Assembleia da República, devemos salientar a preocupação que tem apresentado e o investimento que tem levado a cabo no sentido de assegurar um maior nível de acessibilidade ao seu site, que já cumpre grande parte das directrizes internacionais definidas pelo W3C, mas que ainda assim continua a ser inacessível (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Verificamos assim que só com a força jurídica de uma Lei da Assembleia da República ou com um Decreto-Lei do Governo é possível assegurar a plena promoção do direito à igualdade de oportunidades das pessoas com necessidades especiais (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Caso contrário, refere a mesma fonte, a falta de sensibilidade da sociedade para esta temática vai fazer com que as barreiras à acessibilidade electrónica continue a existir.

O Governo tem estimulado a promoção da acessibilidade tecnológica, sobretudo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007 (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Todavia, e segundo a mesma fonte, é preciso avançar para a sua extensão a todos os sectores da sociedade.

Na sociedade da comunicação e, num país como Portugal, que também neste domínio tem vindo a fazer um esforço de renovação, é essencial dar este passo, pois se for publicado um instrumento legislativo, Portugal está cada vez mais perto de concretizar a Iniciativa Europeia i2010 sobre Info-Inclusão (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Para ilustrar tudo o que fomos afirmando ao longo do capítulo, resolvemos ver como é que a imprensa aborda estas questões. Assim, e como referimos na introdução, a ideia de virmos a desenvolver um trabalho desta envergadura surgiu há quase dois anos. Nessa altura o site do Diário de Notícias ainda não tinha sido reestruturado e, por isso, era acessível, pelo que conseguimos retirar algumas notícias.

Desta forma, e tal como referimos anteriormente, o DN de 30 de Janeiro de 2005 afirma que o Presidente da Comissão Europeia entende que a eficácia da Estratégia de Lisboa passa por um menor número de objectivos «O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, defendeu ontem que a Estratégia de Lisboa, para a promoção da competitividade económica, deve concentrar-se num número mais reduzido de objectivos, como forma de garantir bons resultados e de se tornar realmente eficaz. (...)

A Estratégia de Lisboa foi criada no ano 2000, pela então presidência portuguesa da União Europeia, com um conjunto de medidas para que a economia europeia se tornasse na mais competitiva do mundo até 2010. Cinco anos depois, verifica-se que a estratégia está claramente atrasada e não tem produzido grandes resultados.

Durão Barroso considerou que, "(...) embora o objectivo global seja correcto, a concretização tem sido fraca, com demasiados objectivos, demasiados compromissos e pouco a aparecer". Agora, Barroso prepara-se para reduzir o leque de objectivos, para "voltar a pôr a Europa no caminho a prosperidade".

Mais tarde, em declarações aos jornalistas portugueses, Barroso considerou "(...) que não podem ser todas as coisas prioritárias ao mesmo tempo. Quando tudo é prioritário, nada é prioritário, quando todos são responsáveis, ninguém é responsável".

Num quadro mais limitado de prioridades, Durão Barroso considerou que o Mercado Interno "deve funcionar melhor", num formato mais amplo e aprofundado, a par da melhoria das infra-estruturas, nomeadamente as redes transeuropeias de transportes e comunicações, a modernização dos sistemas de educação e formação, uma maior flexibilidade do mercado laboral e a adaptação das políticas sociais, para que sejam sustentáveis apesar do envelhecimento da população.

Barroso fez notar que, embora a estratégia seja proposta a nível europeu, "(...) parece feita de propósito para Portugal, porque Portugal precisa de competitividade e de

coesão. Ora, a política que estamos a propor a toda a Europa é uma política para aumentar a competitividade da Europa mas, ao mesmo tempo, para reforçar a coesão. Isto é, que se continuem a ajudar as regiões que precisam dessa ajuda. É, portanto, uma estratégia equilibrada. Não é, ao contrário do que, às vezes, se diz, uma estratégia ultraliberal. De forma alguma. É uma estratégia de coesão social".

Face à quantidade e variedade dos objectivos, a Estratégia de Lisboa acabou por não conseguir avançar positivamente, pelo que a cimeira de 2005 (dirigida pela presidência luxemburguesa) foi definitiva. Assim, e como refere o DN de 03 de Janeiro de 2005 «A próxima cimeira europeia da Primavera, a que a presidência luxemburguesa vai presidir, deverá fazer uma revitalização da chamada Estratégia de Lisboa (EA). Este plano ambicioso visava criar até 2010, na Europa, a economia mais competitiva do mundo, de uma forma sustentada e preservando o modelo social. No entanto, a seis anos da meta, após a crise económica e o alargamento a 25 países, a UE confronta-se com um fracasso potencial. Sem nova dinâmica, os objectivos traçados em 2000, na capital portuguesa, estarão comprometidos. (...) Portugal regista atrasos significativos nas metas propostas no plano da EA, sobretudo nos indicadores educacionais e na produtividade. A situação do País no critério sobre emissões de gases de efeito de estufa é também muito negativa. Os pontos positivos na grelha dizem respeito à taxa de emprego e à proporção de emprego feminino. Nestes dois critérios, Portugal já superou as metas intercalares para 2005. No segundo indicador, foi atingido o valor para 2010.».

Também o DN de 19 de Julho de 2007 aborda o elevado atraso relativamente a alguns indicadores «Na Agenda de Lisboa, o atraso em relação às metas é generalizado. Portugal, por exemplo, tem um atraso importante na taxa de emprego e no gasto em I&D. No primeiro indicador, a meta para 2010 é de 70% da população activa, mas Portugal está a afastar-se desde 2001. Em 2005, o valor nacional era de 67,5%. No segundo indicador, visa-se 1,8% do PIB, também em 2010; no entanto, em 2005 o gasto nacional era de apenas 0,8%, embora a crescer.».

Com vista a concretizar os objectivos da Agenda de Lisboa, é necessário promover o investimento público nos domínios da inovação, do conhecimento e das tecnologias. Como refere o DN de 14 de Julho de 2005 «O primeiro-ministro José Sócrates defendeu ontem que o investimento público nas áreas da inovação, do conhecimento e das tecnologias - tal como está previsto no programa da União Europeia (UE) que ficou

conhecido como Estratégia de Lisboa - é "condição essencial" para o país "vencer a estagnação económica".

Reconhecendo que Portugal e a UE "vivem momentos difíceis em resultado da entrada de novos protagonistas na economia global, do aumento do preço do petróleo e de dificuldades políticas", o chefe do Governo apontou de imediato o seu caminho "Temos de concentrar as nossas políticas públicas na agenda da Estratégia de Lisboa, porque esse programa coincide com os objectivos nacionais de investir na inovação, no conhecimento e na tecnologia" (...) O programa, que foi lançado em Março de 2000, durante a presidência portuguesa da UE, coloca a inovação e conhecimento no centro de um plano integrado de crescimento, com criação de emprego, manutenção do Estado de bem-estar social e garantias de sustentabilidade ambiental. A Estratégia foi reformulada no início deste ano, com reforço dos mecanismos de coordenação nacional e comunitária. (...)».

III.

A Internet: proceder de modo a não excluir

A globalização caracteriza-se por uma quantidade e variedade de informação, pelo que é absolutamente necessário intervir, para que esta não seja o mote da existência de diferenças (www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf; www.redem.buap.mx/seminario/sem2001/2001peixoto.doc). A informação está, cada vez mais, digitalizada, mas isso traz novos problemas, como a protecção dos dados ou os formatos em que esta se encontra, o que pode causar problemas na utilização de softwares diferentes (CASTELLS, 2003).

Neste sentido, e dada a cada vez maior importância que a Internet assume no nosso quotidiano (e reforcemos a importância dos cidadãos com necessidades especiais, muitas vezes, com mobilidade reduzida, poderem, a partir de sua casa, aceder à informação, sobretudo da Administração Pública e das grandes empresas), devemos ter muita atenção não só ao conteúdo, mas sobretudo à forma do que publicamos e como o fazemos (GODINHO, s.d.), pois como afirma o sociólogo Manuel Castells (CASTELLS, 2003), a sociedade em rede é global, embora não contemple a totalidade da população, apesar de ter implicações directas nas suas vidas, pois esta transforma a nossa dinâmica social, política e económica, bem como a forma como pensamos e agimos.

A facilidade, velocidade e eliminação das assimetrias geográficas possibilitam o acesso ao conhecimento (GODINHO, s.d.). Contudo, e segundo a mesma fonte, uma grande parte dos sites não contempla os deficientes visuais, embora as tecnologias da informação e comunicação lhes possibilitem uma melhor qualidade de vida, dado que conseguem comunicar com pessoas com outras limitações ou sem limitações, pelo que se percebe assim que a promoção da acessibilidade no desenvolvimento dos sites não é uma restrição, dado que estas tornam os documentos mais funcionais, pelo que a sua adopção permite também a utilização de equipamentos alternativos.

A concepção de uma Internet para portadores de necessidades especiais traduz-se na construção de infra-estruturas e conteúdos com características próprias de acessibilidade, o que permite a estas pessoas o acesso a um vasto leque de informações (GODINHO, s.d.). Apesar de tudo, o acesso à Internet por vezes é reduzido, devido à existência de poucos navegadores adequados e à forma como as páginas são construídas, o que se torna um sério problema, que muitas vezes limita a utilização das informações e serviços disponíveis pelos deficientes visuais (www.intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/guido.doc).

Normalmente os deficientes visuais podem utilizar o computador através do recurso a leitores de ecrã e um teclado normal, facto que se deve à adopção de uma regra internacional de dactilografia, que consiste na existência de uma saliência na parte inferior das letras F e J, bem como no número 5 do teclado numérico, o que, através da colocação das mãos nessas posições, permite dominar o teclado (www.geocities.com/aulas_html/acesso.htm). Todavia, e segundo a mesma fonte, pretende-se chamar a atenção dos criadores de páginas para o facto de que facilmente podemos tornar uma página acessível.

Os cidadãos com necessidades especiais encontram um vasto conjunto de barreiras técnicas no acesso à Internet, os quais podem ser suprimidos através de uma codificação adequada na construção das páginas e conteúdos Web, bem como através da aplicação de normas de apresentação e estrutura (COM(2001) 529 final). Todavia, e segundo a mesma fonte, essas técnicas são pouco conhecidas e utilizadas pelos criadores de sítios Web e dos fornecedores de conteúdos, pelo que existe um forte risco de exclusão social de uma grande camada da população.

Face a esta tão grande importância, foram desenvolvidas medidas para a acessibilidade da Web, as quais contaram com o apoio financeiro da Comissão Europeia no Programa «Aplicações telemáticas» do 4.º Programa-Quadro (COM(2001) 529 final). Segundo a mesma fonte, essas orientações são vulgarmente designadas por World Wide Web Consortium e são utilizadas mundialmente para a concepção de páginas Web acessíveis.

As orientações são um mecanismo opcional através do qual os fornecedores de informação seguem um conjunto de princípios, ferramentas e métodos descritos pelo Consórcio World Wide Web (COM(2001) 529 final).

A adopção do Símbolo de Acessibilidade não assegura a completa funcionalidade de um site, pois a sua utilização é facultativa e indica apenas que existem preocupações em tornar as páginas acessíveis aos cidadãos com necessidades especiais (GODINHO, s.d.). No entanto, e segundo a mesma fonte, o símbolo deve ser incluído na página inicial e estar acompanhado da respectiva descrição, ou seja, deve descrever que é «Um globo inclinado, com uma grelha sobreposta» e que «na sua superfície está recortado um buraco de fechadura, através de uma ligação D».

A petição pela Acessibilidade electrónica Portuguesa, subscrita por cerca de sete mil e quatrocentos cidadãos, foi remetida à Assembleia da República, por via electrónica, tornando-se assim a primeira petição apresentada a um parlamento na Europa através da Internet (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade; GODINHO, s.d.). Esta foi dirigida ao Presidente da Assembleia da República que, por sua vez, a fez chegar à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura para apreciação (www.paginas.fe.up.pt/~pjsousa/index.php?option=com_content&task=view&id=46&itemid=70). Dado que (e segundo os censos de 2001) a população portadora de necessidades especiais em Portugal corresponde a 2.248.600, e isto sem contar com a população idosa com a deficiência declarada, cujo número é também muito significativo, esta petição assume uma particular ênfase, pelo que a imposição de fortes punições no caso de violação da Norma é um aspecto fundamental (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

Por outro lado, a integração de disciplinas que abordem a adaptação dos materiais para a reabilitação dos cidadãos com necessidades especiais nos programas das licenciaturas relacionadas com a questão da acessibilidade electrónica é também um factor da máxima importância (www.cpd.pt/pdfs/DesigInclusivoVol2.pdf).

Além da Internet, a petição pretende ainda adoptar medidas no âmbito das aplicações informáticas, do Multibanco, dos transportes, das máquinas de venda automática de produtos e serviços, das comunicações electrónicas e da televisão (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade).

1. As regras do W3C

Portugal foi o primeiro país europeu a adoptar legislação sobre acessibilidade dos sites da administração pública pelos cidadãos com necessidades especiais (Resolução do Conselho de Ministros N° 97/99), que foi publicada no Diário da República N° 199, I Série B, de 26 de Agosto de 1999 (www.atelier.uarte.rcts.pt\ajuda\ateliers\regras\index.asp).

Como esta resolução não conseguiu cumprir o seu objectivo, adoptou-se a Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007, de 02 de Outubro, que definiu as recomendações relativas à acessibilidade por cidadãos com necessidades especiais às páginas Web do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central (www.acessibilidade.gov.pt\rcm.html).

Segundo a mesma fonte e de acordo com a nova Resolução, o surgimento das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo no final do século XX e a promoção da sua utilização pela população conduziram a uma mudança abismal das actividades económicas e sociais, com fortes implicações na qualidade de vida dos cidadãos e na competitividade e eficiência das empresas.

Assim, o Governo Constitucional tem dado uma particular importância ao governo electrónico e à renovação tecnológica dos serviços públicos, estando portanto fortemente empenhado em melhorar a qualidade, a eficiência, a acessibilidade e a disponibilidade dos serviços públicos (www.acessibilidade.gov.pt\rcm.html).

A revolução tecnológica amplia as possibilidades de participação de pessoas e instituições, fornecendo ferramentas com vista à promoção da cidadania e da inclusão e funcionando ainda como um importante elemento para o crescimento e o êxito económicos (www.acessibilidade.gov.pt\rcm.html).

Neste sentido, e segundo a mesma fonte, o acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como as competências para a sua utilização constituem um elemento determinante e diferenciador das oportunidades sociais.

Estas tecnologias são, para os cidadãos com necessidades especiais, um importante meio de inclusão e participação sociais (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=6&Itemid=36). Desta forma, e de acordo com a mesma fonte, estas devem ser um factor de inclusão, pelo que é de extrema importância garantir que a informação disponibilizada online possa ser facilmente interpretada.

A iniciativa para a acessibilidade da Web do World Wide Web Consortium estabeleceu um vasto conjunto de orientações, que posteriormente se tornaram uma regra internacionalmente utilizada para a construção de páginas Web acessíveis (www.acessibilidade.gov.pt/rm.html).

Assim, e no contexto da reestruturação tecnológica dos serviços públicos, é exigido um padrão que garanta não só o mínimo de acessibilidade aos conteúdos, segundo as orientações estabelecidas pelo W3C, mas sobretudo a acessibilidade aos sítios que impliquem a disponibilização de serviços transaccionais electronicamente, pelo que se exige que a construção das páginas que impliquem a prestação de serviços transaccionais aos cidadãos cumpram um padrão de acessibilidade mais elevado (www.acessibilidade.gov.pt/rm.html).

De acordo com a mesma fonte, e segundo a alínea g) do artigo 199.º da Constituição Determina-se que: a) as formas de organização e apresentação das páginas Web do Governo e dos serviços e organismos públicos sejam escolhidas de modo a contemplarem o acesso pelos cidadãos com necessidades especiais, devendo respeitar o nível «A» das orientações de acessibilidade do conteúdo da Web; b) os sítios do Governo e dos serviços e organismos públicos que envolvam a prestação de serviços transaccionais aos cidadãos cumpram o nível «AA» das medidas de acessibilidade do conteúdo da Web; c) as páginas respondam tecnicamente ao definido na nova resolução, através de acções de requalificação no prazo máximo de três meses; d) os sítios respondam tecnicamente ao definido na resolução, também através de reformulação no prazo máximo de seis meses; e) a partir da entrada em vigor da resolução os sites sejam

construídos de forma a garantirem a acessibilidade; f) a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros desenvolva as acções de informação, de esclarecimento e de acompanhamento necessárias ao cumprimento da resolução, junto das secretarias-gerais dos outros ministérios; g) seja constituído um grupo de trabalho com funções consultivas formado por representantes da Agência para a Modernização Administrativa, da UMIC, do Instituto Nacional para a Reabilitação e do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, que, em conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, deve contribuir para a boa identificação dos requisitos técnicos de acessibilidade, sobretudo os que dizem respeito aos níveis de conformidade «A» e «AA» e prestar o apoio necessário em termos de consultadoria técnica; g) seja permitido, segundo o n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, a escolha do procedimento previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, nos termos aí definidos e quando for o caso para a aquisição dos serviços; h) a resolução produz efeitos na data da sua aprovação.

Assim, e com o intuito de promover o acesso de toda a população à internet, o W3C definiu em 1999 o primeiro conjunto de medidas, que visava indicar como tornar o conteúdo da Web acessível a pessoas com necessidades especiais (GODINHO, s.d.), pois os deficientes visuais têm problemas para obter a informação em suporte gráfico, para interagir com o rato, para distinguir *links* e para interpretar a estrutura de um documento, como tabelas ou colunas, distinguir diferentes tipos ou estilos de letra ou cores (www.geocities.com/aulas_html/acesso.htm).

De forma a promover o acesso de todos, as páginas devem possuir mecanismos com capacidade para exibir um texto alternativo quando um elemento não possa ser apresentado, devendo também garantir a acessibilidade de todos os elementos do site através do teclado; Deve também utilizar-se navegação clara, Evitando expressões como «Clique Aqui» e colocar informação textual nos cabeçalhos e parágrafos, bem como formas de «bloquear» as informações em movimento, de modo a que se torne legível para os leitores de ecrã; Em vez de utilizarmos cores para destacar informações, devemos fazê-lo através do recurso ao texto; devemos ainda fornecer *links* para a página inicial em todas as páginas e, Finalmente, devemos testar a acessibilidade em vários browsers, incluindo os que têm capacidade para sintetizar voz (www.Intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/guido.doc).

Estas regras devem ser postas em prática pelos criadores de conteúdos, sendo estes responsáveis pelas informações transmitidas (www.intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/guido.doc). Segundo a mesma fonte, a acessibilidade das tecnologias de informação e comunicação está ligada a ações que pretendem tornar os computadores acessíveis a todos os cidadãos, pelo que as orientações do W3C têm como intuito estimular a criação de páginas acessíveis.

Com a adoção das orientações é da máxima importância construir sítios Web acessíveis a pessoas com necessidades especiais, de forma a permitir a sua total integração na sociedade da informação (COM(2001) 529 final). No entanto, e segundo a mesma fonte, estas medidas devem ser compatíveis tanto com as tecnologias e ferramentas de concepção dos sites antigos, bem como com as dos novos.

Estas medidas obrigam as páginas a serem mais acessíveis para os cidadãos com deficiência, sendo também mais acessíveis para todos os cidadãos (COM(2001) 529 final). A disponibilidade é também facilitada para pessoas que utilizam outros dispositivos ou ambientes (GODINHO, s.d.).

Foram definidos três níveis de conformidade com estas orientações, os quais São normalmente conhecidos por níveis «A», «AA» e «AAA» (GODINHO, s.d.). Assim, e segundo a mesma fonte, a PRIORIDADE 1 (nível A) diz respeito aos pontos que os criadores de conteúdo Web têm obrigatoriamente que respeitar, caso contrário, um ou mais grupos de pessoas não têm acesso a informações presentes nos documentos, pelo que o respeito destes pontos é uma condição básica; a PRIORIDADE 2 (nível AA ou «Duplo A») corresponde aos Pontos que os criadores de conteúdo Web devem cumprir, de forma a remover barreiras significativas que restrinjam o acesso a documentos Web; a PRIORIDADE 3 (nível AAA ou «Triplo A») que diz respeito aos pontos que os criadores de conteúdo Web devem valorizar, melhorando o acesso a documentos Web.

O W3C apresentou um conjunto de dez sugestões para criadores de sítios Web, as quais indicam algumas das soluções básicas (COM(2001) 529 final). Todavia, e segundo a mesma fonte, os tópicos não são a solução para a plena acessibilidade na Web, pelo que é necessário consultar as orientações quando se desenvolvem páginas Web.

2. Programa de acção ligar Portugal

Segundo o Programa de Acção Ligar Portugal, os projectos de Inclusão e Acessibilidade visam promover a inclusão social através: a) do estímulo à utilização das TIC pelos grupos sociais marginalizados; b) da inclusão social de imigrantes e outras minorias excluídas ou em risco; c) da promoção da acessibilidade aos cidadãos com necessidades especiais; d) da maxificação da rede de centros comunitários de acesso à Internet com apoio aos utilizadores e constante actualização; e) da remoção das barreiras digitais criadas na concepção dos conteúdos, dando ênfase àqueles que são disponibilizados pela Administração Pública (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=6&itemid=36).

Por outro lado, e ainda de acordo com o Programa de Acção Ligar Portugal, o projecto do Governo Electrónico pretende simplificar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e às empresas através: a) da promoção da eficiência e facilidade de uso dos serviços com base no recurso às tecnologias da informação e comunicação; b) da transparência nas relações do Estado com os cidadãos; c) da realização do princípio do balcão único nas relações do Estado com os cidadãos e as empresas; d) da redução de custos pela rentabilização da utilização de meios e das compras do Estado e do desenvolvimento de serviços públicos modernos (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=6&itemid=36).

A introdução das novas tecnologias na educação é um exemplo das intenções do Governo (www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=6&itemid=36). No entanto, estas trouxeram uma profunda alteração nas formas de aprendizagem, nos modos de transmissão de conhecimento e nos materiais e suportes utilizados (www.proformar.org/5oficinas/escola_educacao_cidadania.pdf).

Para justificar o que acabámos de afirmar, abordamos a iniciativa de Fernando Santos, um cego que tentou viver exclusivamente através da Internet, o que constituiu algumas dificuldades, embora não tenha sido essa a ideia passada na comunicação social, que afirmou que existem poucas limitações a enfrentar (www.lerparaver.com/node/7154). No entanto, e apesar de sabermos que a realidade é diferente, esta iniciativa pretendeu

evidenciar a importância das oportunidades que as novas tecnologias representam na vida básica dos cegos (www.leremespinho.com/blog/?p=185). Além disso, e segundo a mesma fonte, constituiu também um importante alerta para a necessidade das empresas e da administração pública adoptarem soluções que tornem possível a utilização das suas páginas na Internet. É também nesse sentido (avaliar os níveis de acessibilidade de uma amostra de setecentos e trinta e quatro sites públicos e privados) que resolvemos desenvolver a presente dissertação.

A iniciativa de Fernando Santos, que recebeu o apoio do Presidente da República, quis chamar a atenção da população para as ameaças de exclusão das novas tecnologias da informação e comunicação, as quais (como referimos acima) limitam ou inibem uma parte significativa de portugueses de integrar a sociedade da informação (www.leremespinho.com/blog/?p=185).

Por todos esses motivos, a Vodafone Portugal tem-se empenhado (desde 2005) no desenvolvimento da acessibilidade das comunicações móveis (www.vodafone.pt/main/a+vodafone/pt/responsabilidadesocial/inclusao+social.htm).

Assim, e segundo a mesma fonte, surgiu e tem vindo a ser actualizado o software «Vodafone SAY», que consiste na adaptação de telemóveis para pessoas cegas ou amblíopes, através da utilização de um leitor de ecrã.

Esta solução permite a utilização de várias funcionalidades do telemóvel, como enviar e receber mensagens, identificar quem está a telefonar ou fazer um telefonema através da agenda telefónica (www.vodafone.pt/main/a+vodafone/pt/responsabilidadesocial/inclusao+social.htm).

Como complemento a Vodafone tem à disposição dois tarifários com um desconto considerável: o «Vodafone SAY Voz e Dados» e o «Vodafone SAY Dados», dos quais podem beneficiar os cidadãos que apresentem uma certidão Médica de Incapacidade Multiuso, onde esteja descrito o nível de incapacidade permanente que deve ser igual ou superior a 60% para os surdos e os cegos, ou igual ou superior a 80% para portadores de outras deficiências (www.vodafone.pt/main/a+vodafone/pt/responsabilidadesocial/inclusao+social.htm).

Os criadores e os programadores dos sites Web podem simplificar o processo de colocação de informações acessíveis na rede, pois com alguma formação e experiência

podem certificar-se de que os factores essenciais para assegurar a acessibilidade são realçados em pontos fundamentais (COM(2001) 529 final).

Através do Consórcio World Wide Web, a importância e a aceitação das orientações é constantemente testada pelos utilizadores na indústria, nas universidades e nas administrações públicas, sendo reconhecido que estas medidas representam melhores práticas de concepção universal para a Internet e que a sua aceitação está a evoluir (COM(2001) 529 final).

Estas medidas são reconhecidas pela comunidade Internet mundial como a referência que fornece indicações para criar páginas Web acessíveis a pessoas com necessidades especiais, sendo, contudo, acessíveis a todos os cidadãos (COM(2001) 529 final).

Quanto mais precoce for a identificação das barreiras, mais fácil será a sua correcção (COM(2001) 529 final). Todavia, e de acordo com a mesma fonte, existem ferramentas para corrigir os sites Web, convertendo-os para formatos que possam ser interpretados pelos leitores de ecrã.

Consideramos também de absoluta necessidade contactar as próprias pessoas com deficiência para que procedam à avaliação das diferentes páginas (GODINHO, s.d.), pois muitas vezes executamos sites que nos dizem que foram adaptados para as pessoas com necessidades especiais (www.scribd.com/.../Cidadania-Digital-e-Democratizacao-Electronica), mas verificamos que tal não é verdade, pois a Internet, por vezes, aumenta a exclusão (Castells, 2004). Queremos assim reforçar a ideia de que criar uma página bonita, não significa criar uma página funcional (www.acesso.unic.pt/manuais/manualv2.doc; GODINHO, s.d.).

Finalmente, queremos ainda alertar para o facto de que as tecnologias adaptativas, como o papel para a impressora Braille ou as calculadoras, por exemplo, apresentam preços muito elevados, o que restringe fortemente o seu acesso, até porque muitos cegos não trabalham ou fazem-no desempenhando actividades pouco qualificadas e, por vezes, muito mal remuneradas, dado que actualmente (e em pleno Século XXI) ainda existem muitos preconceitos em relação às suas possibilidades e/ou capacidades (www.guia.mercadolivre.com.br/software-deficientes-visuais-46037-VGP).

IV.

Estudo de caso: avaliação da acessibilidade pelos cidadãos com Necessidades Especiais (deficientes visuais) a sites da Internet

A presente dissertação é, como temos vindo a referir, o produto da nossa experiência pessoal. Assim, e no que respeita à componente prática do nosso trabalho, analisámos uma amostra de setecentos e trinta e quatro sites de organismos públicos e privados com o objectivo de os avaliar em termos de acessibilidade pelos cidadãos com Necessidades Especiais (deficientes visuais).

Os sites que escolhemos são aqueles que habitualmente visitamos, dando prioridade, sempre que possível, aos organismos da administração pública. No entanto, e enquanto membros da sociedade civil, pareceu-nos importante incluir algumas instituições ligadas ao consumo, de carácter científico ou associativo.

Para justificarmos um pouco melhor a escolha da amostra, podemos afirmar que, dadas as nossas limitações, é da máxima importância que possamos obter a informação em suporte digital, o que nos obriga a ter um conhecimento bastante profundo das páginas na internet.

Dado que este trabalho surge num momento de transição da nossa vida, ou seja, o ingresso na vida activa, temos visitado diversas páginas como os ministérios, as autarquias, as representações diplomáticas, as associações profissionais....

Avaliámos setecentos e trinta e quatro sites (100%), 58% do sector público e 42% do sector privado. Damos prioridade a sites nacionais, embora também tenhamos analisado 6 sites internacionais. As pesquisas que conduziram à elaboração do estudo de caso mostraram-nos que já existem bastantes sites que apresentam o símbolo de acessibilidade, o qual deve estar na página inicial, bem como a sua descrição, ou seja, deve dizer que o símbolo é «Um globo inclinado, com uma grelha sobreposta» e que «Na sua superfície está recortado um buraco de fechadura, através de uma ligação D»

(GODINHO, s.d.). Segundo a mesma fonte, a afixação do símbolo é uma atitude opcional, que indica apenas que existem esforços para aumentar a acessibilidade, o que, apesar de tudo, não assegura que os sites sejam completamente funcionais.

Da análise dos sites que constituem a amostra constatámos que 52% apresentam problemas de acessibilidade para os cidadãos com Necessidades Especiais (deficientes visuais) e 48% não apresentam limitações. Dentro dos sites de instituições públicas 70% apresentam problemas de acessibilidade. Em contrapartida os sites que relacionados com instituições privadas só 28% revelavam ter problemas de acessibilidade.

Quadro 1
Caracterização da amostra em termos de acessibilidade

	Total	Públicos	Privados
Sites Avaliados			
Nº	734	426	308
%	100	100	100
Acessíveis	48	30	72
Com problemas de acessibilidade	52	70	28

Fonte: trabalho decorrido em 2008

No que diz respeito aos financiamentos, foi possível verificar que apenas uma pequena parte dos sites analisada foi apoiada pelo POSI (2%) e pelo POS-Conhecimento (13%). Os sites desenvolvidos com o apoio destes Programas Operacionais são obrigados a assegurar bons níveis de acessibilidade aos cidadãos com Necessidades Especiais. Mas o que se verifica é que 58% dos sites apoiados pelo POSI e 70% dos financiados pelo POS-Conhecimento não estão acessíveis aos cidadãos com Necessidades Especiais (deficientes visuais). Os sites financiados pelos Programas Operacionais e com problemas de acessibilidade pertencem todos a instituições públicas.

Quadro 2
Caracterização da amostra em termos de financiamento para a produção dos sites

	Total Nº	%	Acessíveis %	Com problemas de acessibilidade %
Financiados pelo POSI	12	2	42	58
Financiados pelo POS-Conhecimento	94	13	30	70
Não financiados	617	84	52	48
Não se consegue ver	11	1	0	100
Total	734	100	48	52

Fonte: trabalho decorrido em 2008

Os sites não financiados pelos Programas Operacionais (84% da amostra) revelam melhor nível de qualidade em termos da garantia de acessibilidade a cidadãos com Necessidades Especiais (deficientes visuais) pois 52% são acessíveis. Entre os sites acessíveis que não receberam qualquer tipo de apoio 32% são de instituições públicas e 68% do sector privado.

Os sites analisados na amostra são 47% da administração pública, 27% de associações, 11% ligados ao consumo e a empresas, 8% de instituições ligadas à universidade e às actividades científicas, 3% dos media e os restantes das mais diversas actividades.

De acordo com esta tipologia verificámos que 68% das páginas da administração central e 80% da local revelam problemas de acessibilidade. Em contrapartida no que concerne ao sector associativo ou terceiro sector verificamos que revela um elevado nível em termos sites com acessibilidade a cidadãos com necessidades especiais: associações científicas (85%); as associações culturais (95%); as associações de defesa dos consumidores, como por exemplo a DECO (60%); as associações de solidariedade social (82%); as associações profissionais (83%); as associações empresariais (100%); associações religiosas (100%). São instituições sem fins lucrativos que procuram

desenvolver uma grande abertura à sociedade, promovendo activamente a inclusão através do desenvolvimento de sites acessíveis.

Os sites ligados aos media são os que revelam os níveis mais baixos de acessibilidade: comunicação áudio e áudio visual (0%), imprensa (21%) e imprensa desportiva (33%).

Quadro 3
Caracterização da amostra segundo os tipos de instituição

Tipologia da Instituição	Total Nº	%	Acessíveis	%	Com problemas de acessibilidade	%
Administração Central	44	6	14	32	30	68
Administração Local	299	41	60	20	239	80
Associação científica	46	6	39	85	7	15
Associação Cultural	20	3	19	95	1	5
Associação Cultural e de Solidariedade Social	1	0	1	100		0
Associação de Defesa	5	1	3	60	2	40
Associação de Imigrantes	1	0		0	1	100
Associação de Solidariedade Social	45	6	37	82	8	18
Associação Desportiva	14	2	11	79	3	21
Associação empresarial	6	1	6	100		0
Associação empresarial local	6	1	6	100		0
Associação Juvenil	3	0	3	100		0
Associação profissional	46	6	38	83	8	17
Associação religiosa	3	0	3	100		0
Instituições Científicas	60	8	42	70	18	30
Comunicação Áudio	1	0		0	1	100
Comunicação Audiovisual	2	0		0	2	100
Consumo	63	9	25	40	38	60
Cultural	6	1	2	33	4	67
Cultural e de solidariedade social	1	0	1	100		0
Empresa	5	1	5	100		0
Entidade reguladora	5	1	5	100		0
Forças Armadas	4	1	4	100		0
Forças de Segurança	4	1	2	50	2	50
Imprensa	14	2	3	21	11	79
Imprensa desportiva	3	0	1	33	2	67
Organização não governamental	5	1	5	100		0
Religiosa	2	0	2	100		0
Representação Cultural	5	1	5	100		0
Representação comunitária	6	1	1	17	5	83
Representação diplomática	9	1	7	78	2	22
Total	734	100	350	48	384	52

Fonte: trabalho decorrido em 2008

Com o intuito de garantir que a informação facultada on-line pela Administração Pública possa ser consultada pelos cidadãos com necessidades especiais foi criada a iniciativa para a acessibilidade da Web do World Wide Web Consortium (mais conhecida por W3C), através da qual foi desenvolvida uma série de medidas, entre elas a acessibilidade do conteúdo da Web, que se tornou uma regra reconhecida mundialmente para a construção de páginas Web acessíveis (GODINHO, s.d.). Segundo a mesma fonte, o documento do W3C divide-se em três prioridades: a primeira, que refere os pontos que os criadores de páginas Web têm que respeitar, pois, de outra forma, um ou vários sectores de pessoas não conseguem aceder à informação; a segunda prioridade corresponde aos pontos que os criadores de páginas Web devem contemplar de forma a eliminar barreiras no acesso aos documentos presentes na Web; e a terceira prioridade, ou seja, os pontos que os criadores de páginas Web devem privilegiar, evitando problemas no acesso à informação.

Iremos agora abordar a questão da conformidade, a qual se divide em três níveis: «A», «AA» e «AAA» (GODINHO, s.d.). Segundo a mesma fonte, o nível de conformidade «A» indica o cumprimento de todos os requisitos da prioridade 1; o nível de conformidade «Duplo A» significa que foram cumpridas todas as orientações das prioridades 1 e 2; e o nível de conformidade «Triplo A» que demonstra o cumprimento de todos os itens das prioridades 1, 2 e 3. Desta forma, o nosso estudo de caso mostrou-nos que ainda são muito poucas as instituições cujas páginas seguem estes níveis de conformidade. Nos sites analisados mais de 95% das situações não especifica os níveis, mesmo no caso dos sites onde se verifica bons níveis de acessibilidade. Existem alguns sites que referem que estão conforme o W3C, mas não especificam o nível adoptado. Por outro lado, e no que diz respeito aos sites acessíveis, verificámos que 42% da amostra segue o nível A; 33% da amostra segue o nível AA; e 25% da amostra segue o nível AAA. Todavia, dos sites que especificam o nível A só 71% são realmente acessíveis, no nível AA 57% e no nível AAA 75%.

Por fim iremos analisar os principais problemas identificados na amostra do nosso trabalho (Quadro 4). O problema mais frequente e que impede a leitura das páginas dos sites pelos cidadãos com necessidades especiais é a densidade de informação que é apresentada nas folhas de rosto das páginas (57%). Em seguida sobressaem as

dificuldades com os links (16%) e os relacionados com a estrutura em colunas, grafia, sons e imagens (12%). A incorrecta apresentação da informação que ou não aparece ou aparece em duplicado ou aparece só parcialmente é o erro detectado em 7% dos sites. O impedimento do registo surgiu em 5% das situações.

Quadro 4
Problemas identificados nos sites com problemas de acessibilidade

Problemática dos sites não acessíveis	Total	%	Públicos	%	Privados	%
A página é muito densa	219	57	160	54	59	69
Apresenta uma estrutura de colunas	17	4	14	5	3	4
A grafia da página dificulta a navegação	10	3	8	3	2	2
A barra de ferramentas impede a leitura total da página	5	1	4	1	1	1
A entrada é feita a partir de uma imagem	1	0	0	0	1	1
Apresenta animação sonora	8	2	5	2	3	4
A informação não é apresentada	9	2	6	2	3	4
A configuração da página não deixa ver toda a informação disponibilizada	5	1	4	1	1	1
Não apresenta a totalidade da informação	10	3	5	2	5	6
Apresenta a informação em duplicado	5	1	4	1	1	1
Apresenta um grande vazio entre os links	3	1	3	1	0	0
Certos links bloqueiam	15	4	14	5	1	1
Certos links não abrem	45	12	43	14	2	2
Não deixa efectuar registo	21	5	19	6	2	2
Não passa do início	8	2	7	2	1	1
O site bloqueia e, por isso, não apresenta a informação	3	1	3	1	0	0
	384	100	299	100	85	100

Fonte: trabalho decorrido em 2008

Analisando a frequência destes problemas tendo em conta a natureza pública ou privada dos sites verificamos que não existem diferenças relevantes.

A realização deste estudo (nomeadamente no que se refere aos sites inacessíveis) fez-nos pensar que os sites pudessem apresentar uma versão alternativa sem animações, tal como acontece, por exemplo, com a versão inglesa (disponível em grande parte dos casos). Como se pode observar através da leitura dos dados, a principal problemática identificada são páginas muito densas, ou seja, se existisse uma versão alternativa às animações, a maioria das páginas passariam a ser funcionais. Existem (como se vê no

nosso estudo) bastantes sites que (teoricamente) e apesar de seguirem as regras do W3C apresentam sérias barreiras, o que nos leva a pensar que apesar de existir regulamentação, existe também uma grande falta de sensibilidade por parte de quem constrói ou manda construir as páginas Web, sobretudo no modo como a informação deve ser disponibilizada, de forma a poder ser interpretada por equipamentos ou softwares alternativos.¹

¹ Em anexo apresentamos dois quadros: o primeiro que mostra os sites não acessíveis e o segundo que apresenta os sites acessíveis.

Conclusão

O conhecimento tornou-se na pedra angular das novas sociedades, isto é, o saber possui um valor económico e social fundamentais para o desenvolvimento humano à escala planetária (www.prof2000.pt/p2000/artigos.asp?id=31).

Segundo a mesma fonte, a época que vivemos caracteriza-se pelo aparecimento de novas formas de organização económica e social baseadas nas profundas transformações introduzidas pelas tecnologias (sobretudo a ligação dos serviços em rede através da Internet), sendo a globalização uma das suas faces mais importantes. Assim, e ainda de acordo com a mesma fonte, o processo de aquisição do conhecimento é posto em prática durante toda a vida, estando presente nas várias vertentes da vida em sociedade.

Face a este novo paradigma é essencial generalizar o acesso à informação e ao conhecimento, criando as condições para a aquisição de competências no campo das tecnologias da informação e comunicação, o que constitui um aspecto urgente para qualquer sociedade que não se queira deixar ultrapassar no caminho acelerado da globalização (www.inr.pt/content/1/6/acessibilidade-electronica).

No entanto, e no caso das pessoas com necessidades especiais, além das questões de acesso a estas tecnologias que se prendem com a formação ou com os condicionalismos económicos, levantam-se problemas específicos de acessibilidade electrónica, que limitam seriamente a sua funcionalidade e a sua integração sociais (www.inr.pt/content/1/6/acessibilidade-electronica). Segundo a mesma fonte, estes problemas dizem respeito sobretudo ao hardware, ou seja, aos mecanismos que produzem, transportam e transmitem a informação, e ao software, que é constituído pelos programas que tornam possível todo o circuito da informação.

No caso do hardware, as soluções têm obrigatoriamente que passar pela conjugação de vontades e de esforços de vários sectores da sociedade, sobretudo o Ensino e a Indústria, e da intervenção de áreas fundamentais como a do Desenho Universal

([www.inr.pt\content\1\6\acessibilidade-electronica](http://www.inr.pt/content/1\6\acessibilidade-electronica)). Já no caso do software, e de acordo com a mesma fonte, concorrem medidas como a cada vez maior adopção das regras de acessibilidade para os sítios da Internet divulgadas pelo Programa Acesso da UMIC, bem como a aplicação de regras de acessibilidade para os programas digitais.

No Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, os líderes dos estados-membros decidiram converter, até 2010, a União Europeia na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de assegurar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social (www.confagri.pt/ambiente/areastematicas/domtransversais/documentos/doc36.htm).

No seu lançamento, em 2000, a Estratégia apresentava uma vertente económica e outra social, tendo no ano seguinte sido acrescentado um pilar ambiental (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

O Relatório Wim Kok sublinhou a importância de acelerar as reformas estruturais em cinco domínios-chave: a) sociedade do conhecimento; b) mercado interno; c) ambiente empresarial; d) mercado de emprego; e) sustentabilidade ambiental (www.aeportugal.pt/inicio.asp?pagina=\aplicacoes\noticias\noticia&codigo=5285).

Como a Estratégia apresentava muitos objectivos procedeu-se a uma simplificação, tendo por base as conclusões deste relatório (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611).

Em 2005, os resultados da estratégia de Lisboa eram assimétricos no contexto dos Estados-membros, pelo que a Estratégia de Lisboa foi relançada, centrando-se nos objectivos do Crescimento e do Emprego, procurando promover a competitividade, a coesão e o desenvolvimento sustentável, através de contas públicas sólidas, das qualificações e da inovação (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

No quadro deste relançamento cada Estado-membro nomeou um Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e elaborou o seu Programa Nacional de Reforma para o período de 2005 a 2008, tendo em atenção as vinte e quatro orientações comuns (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

Em Portugal sobrepôs-se uma nova legislatura, o que com a forte ligação do País a uma Estratégia que incorpora contributos fundamentais apresentados por Portugal no contexto da Cimeira de Lisboa, tornou o processo de elaboração do Programa Nacional de Reforma, o chamado Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 mais complexo (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa). O relançamento da Estratégia de Lisboa pelo Conselho Europeu de 2005 constituiu assim, e segundo a mesma fonte, uma excelente oportunidade para Portugal retomar uma agenda de requalificação clara e determinada que permitisse fortalecer a credibilidade, a confiança, a competitividade e a coesão do País a nível europeu e global.

Portugal atravessa novamente uma fase decisiva e crucial da sua História, pois 2005 significou a renovação dos princípios e objectivos da Agenda de Lisboa, mas também o ressurgimento de um Portugal moderno, coeso e competitivo (www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&site=estrategiadelisboa).

A iniciativa «i2010 - Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego», lançada em 2005, conduziu à elaboração de um compromisso de promoção das TIC a nível da UE e a nível nacional (COM(2005) 229 final). Assim, desde 2007, todos os Estados-membros assumem o desenvolvimento das TIC como uma das principais prioridades para o seu progresso (COM(2007) 146 final).

A UE tem vindo a reestruturar as suas políticas internas, de forma a promover a competitividade e um desenvolvimento equilibrado (www.eu2007.pt/.../20071114NovodiscursoglobalizacaoPE_PT.doc). O reforço da coesão social e o respeito pelo ambiente devem assim orientar as reformas económicas, pelo que o investimento na investigação, inovação e educação deve ser a base do crescimento e do emprego (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p...; www.edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/.../comunicacao_lisboa.pdf).

Em Portugal, a política da Sociedade da Informação destacou-se a partir de 1997 com o lançamento do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233). Segundo a mesma fonte, e tendo por base uma análise global dos vários domínios da

vida em sociedade, o Livro surgiu num contexto de expansão da cultura de língua portuguesa e de salvaguarda de uma sociedade mais culta e informada.

Em 2000, foram criados, como ferramentas complementares do eEurope 2002, a iniciativa Internet e o Programa Operacional para a Sociedade da Informação, posteriormente designado por POS-Conhecimento (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233). Em 2002, o Governo Constitucional abordou a Sociedade da Informação como uma possibilidade para redefinir a organização do Estado e o seu relacionamento com os cidadãos, salientando-se no seu programa o desenvolvimento de uma estratégia de eGoverno; a reestruturação da Administração Pública e a generalização do acesso à Internet (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233)

Portugal considerou o desenvolvimento da Sociedade da Informação como uma das suas grandes prioridades (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233). Segundo a mesma fonte, e no contexto do XVII Governo Constitucional surgiu o Plano Tecnológico, ou seja, uma estratégia que pretendia mobilizar todas as vertentes da sociedade para a renovação do país.

O Plano Tecnológico tem em consideração três eixos: a) o conhecimento, ou seja, preparar a população para a sociedade do conhecimento; b) a tecnologia, isto é, superar o atraso científico e tecnológico; c) a inovação, ou seja, adaptar as estruturas produtivas aos desafios da globalização (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233).

Há assim que reconhecer que Portugal, nos últimos anos, tem realizado muitos esforços e progressos em todos os indicadores, o que actualmente faz dele um dos países da UE que maior progresso tem registado na renovação tecnológica (www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233).

O POS-Conhecimento decompunha-se em nove eixos prioritários (www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1928). Durante a nossa investigação, demos particular ênfase ao eixo prioritário II, nomeadamente à medida 2.1., ou seja, as questões ligadas às acessibilidades.

A presente dissertação reflecte a nossa experiência pessoal, mas é também o resultado de dois anos de uma intensa e exaustiva investigação, no âmbito da qual analisámos setecentos e trinta e quatro sites de instituições públicas e privadas, o que nos mostrou que a Internet ainda está longe de ser um mundo coeso e global. Assim, é necessário chamar a atenção dos criadores de páginas e conteúdos Web para o facto de que os deficientes visuais, por exemplo, não conseguem aceder a uma página que apresente movimentos ou cores diferentes (PEREIRA, 2002).

Neste sentido, foram definidas as regras do W3C, ou seja, normas reconhecidas internacionalmente com vista à definição de orientações no modo como se disponibiliza a informação e como se apresentam as páginas, para que estas possam ser interpretadas por diferentes softwares (COM(2001) 529 final).

O relatório final da Petição pela Acessibilidade Electrónica Portuguesa aborda algumas orientações adoptadas e a adoptar com vista à promoção da acessibilidade, sobretudo no que concerne à Internet, à Informação e aos Equipamentos e Serviços Electrónicos (www.lerparaver.com/relatorio_acessibilidade). Neste sentido é necessário desenvolver legislação que penalize as instituições e as empresas que não adaptem as suas páginas na Internet e criar políticas públicas que promovam e estimulem a utilização das TIC pelas pessoas com necessidades especiais, ou seja, equipar salas de leitura, recorrendo a diversos financiamentos (www.paginas.fe.up.pt/~pjsousa/index.php?option=com_content&task=view&id=46&itemid=70; www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm).

Como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99, de 26 de Agosto (a primeira iniciativa neste sentido), não conseguiu alcançar o seu objectivo, foi preciso definir a adopção de determinados requisitos mínimos (www.acessibilidade.gov.pt/rcm.html). Assim, e segundo a mesma fonte, foi adoptada A Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007 de 02 de Outubro que definiu as orientações relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais às páginas dos serviços e organismos públicos.

Nós estudámos particularmente o POS-Conhecimento que terminou no final do ano passado, mas existem outros programas como o Fundo Social Europeu.

Dos setecentos e trinta e quatro sites analisados, 52% são de instituições inacessíveis, enquanto que 48% pertencem a instituições acessíveis. Verificámos que a maioria dos

sites que apresentam barreiras (78%) é propriedade de organismos públicos. Já os sites sem problemas pertencem, na grande maioria (64%) ao sector privado.

No que respeita ao financiamento do POSI, 40% dos sites são públicos, enquanto que os privados correspondem a 60%. Relativamente ao POS-Conhecimento, 79% pertencem ao sector público e 21% dos sites são privados. Mas mesmo em sites apoiados por este programas operacionais encontramos muitos sites inacessíveis quando o contrato de financiamento estabelece que uma das condições a observar é precisamente a promoção da inclusão através da acessibilidade a pessoas com necessidades especiais. Os resultados respondem à nossa pergunta de partida, ou seja, os sites com limitações são, na grande maioria, propriedade de instituições e organismos públicos. Apesar de terem recebido financiamento, há um grande número de entidades cujas páginas continuam a não ser funcionais, o que condiciona seriamente a promoção da igualdade de oportunidades.

Dando seguimento ao nosso trabalho, tentámos contactar as instituições cujos sites apresentam dificuldades, de forma a apontar sugestões conducentes à sua possível melhoria, mas apenas uma (a Representação do Parlamento Europeu em Portugal) se mostrou disponível para adaptar a sua página na Internet, sendo agora bastante acessível. Quando pela primeira vez tentámos aceder à página em questão, esta não apresentava qualquer link que mostrasse a informação, ficando completamente bloqueada, motivo pelo qual enviámos um e-mail ao seu representante, o Dr. Paulo Sande, que imediatamente se preocupou com a reestruturação do site, que, como se pode ver, apresenta links, onde se consegue ler a informação facultada.

No momento do contacto pretendíamos obter informações relativas aos estágios específicos que a instituição promove para pessoas portadoras de necessidades especiais, mas, como referimos, não o conseguimos fazer através do site e explicámos esta questão na mensagem, ou seja, a dificuldade que a não acessibilidade aos portais constitui.

Por outro lado, o Diário de Notícias apresentava uma excelente página, mas com a reestruturação do seu site em Março deste ano tornou-se desfuncional. Todavia, não respondeu à nossa solicitação, que pedia que a informação fosse disponibilizada no formato anterior.

Continua pois muito por fazer no sentido de sensibilizar as entidades públicas e privadas para a questão do direito a uma sociedade em que a igualdade de oportunidades seja mesmo uma realidade.

Bibliografia

Associação Para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação;
Glossário da Sociedade da Informação; Outubro de 2005

CARDOSO, Gustavo; FIRMINO DA COSTA, António, (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras

CASTELLS, Manuel (2003) – *A Sociedade em Rede*. Ed. F. Calouste Gulbenkian, Lisboa

CASTELLS, Manuel, (2003), *O Poder da Identidade. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Castells, Manuel (2004) *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 325 pp

COELHO, J. DIAS, (2000) *A Sociedade da Informação e do Conhecimento Um Desafio Epistemológico nos Sistemas de Informação*; Faculdade de Economia; Universidade Nova de Lisboa

É A NOSSA EUROPA Viver, aprender e trabalhar em qualquer país da UE, Comissão Europeia, *A Europa em movimento*, Agosto de 2003;

FONTAINE, Pascal, *A Europa em 12 lições*, Comissão Europeia, Novembro de 2003

Igualdade e combate à discriminação na União Europeia alargada, Comissão Europeia, Maio de 2004

Para Uma Europa do Conhecimento, Comissão Europeia, *A Europa em movimento*, Outubro de 2002

Pereira, Luís (2002) *As Políticas Públicas e a Sociedade da Informação*. Tese de Mestrado em Administração e Políticas Públicas, ISCTE (polic.)

Quivy, Raymond; Campenhoudt, LucVan (1998), Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva.

Legislação

União Europeia

COM(2001) 529 final, eEurope 2002: acessibilidade dos sítios Web públicos e do respectivo conteúdo 2001, Bruxelas, 25.09

COM(2007) 146 final i2010 –Relatório Anual de 2007 sobre a Sociedade da Informação, Bruxelas, 30.3.2007

i2010-Relatório Anual 2007

Portugal

Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003, de 12 de Agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99 de 26 de Agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007 de 02 de Outubro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2008 de 19 de Março

Sites da Internet

www.acessibilidade.gov.pt/rcm.html

www.acessibilidade.net/redefixa\

www.acesso.unic.pt/id/id_aprov.htm

www.acesso.unic.pt/manuais/manualv2.doc

www.aeportugal.pt/inicio.asp?pagina=\aplicacoes\noticias\noticia&codigo=5285

www.apagina.pt/arquivo/ImprimirArtigo.asp?...

www.appsp.org/eventos/details/5-sociedade-em-rede-e-saude.html

www.Atelier.uarte.rcts.pt/ajuda/ateliers/regras/index.asp

www.blogdaformacao.wordpress.com/2004/...\futuro-2010-o-novo-programa-operacional-sociedade-do-conheci...

www.cam_as_i_as.blogs.sapo.pt/5767.html

www.cite.gov.pt/cite/igualdoport.htm

www.confagri.pt/ambiente/areastematicas/domtransversais/documentos/doc36.htm

www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/salvador/santiago_artur_berger_sito.pdf

www.cpd.pt/pdfs/DesigInclusivoVol2.pdf

www.dn.sapo.pt/2005/01/03/tema/estrategia_lisboa_dificuldades.html

www.dn.sapo.pt/2005/07/14/nacional/socrates_relanca_estrategia_lisboa.html

www.dn.sapo.pt/2006/.../08/.../rumo_sociedades_conhecimento.html

www.dn.sapo.pt/2007/07/19/nacional/relancar_ambicoes_agenda_lisboa.html

www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/estrategia_lisboa.pdf

www.ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/.../p12_pt.pdf

www.edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/desafios_soc_inform.pdf

www.hemerotecadigital.cm-

lisboa.pt/recursosinformativos/directorio/sociedadeconhecimento.htm

www.estrategiadelisboa.net/newspage.aspx?idcat=348&idmastercat=334&idlang...6&s
ite=estrategiadelisboa

www.estrategiadelisboa.pt/m2InnerPage.aspx?...

www.eu2007.pt/.../20071114NovodiscursoglobalizacaoPE_PT.doc

www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611

www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2999&p_est_id=7233

www.Europa.eu/pol/env/index_pt.htm

www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11325.htm

www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm

www.europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11414.htm

www.geocities.com/aulas_html/acesso.htm

www.guia.mercadolivre.com.br/software-deficientes-visuais-46037-VGP

www.iapmei.pt/acessivel/iapmei-57-03.php?lei=3111

www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1928

www.inr.pt/content/1\6/acessibilidade-electronica

www.intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/guido.doc

www.janelanaWeb.com/digitais/rui_rosa9.html

www.leremespinho.com\blog\?p=185

www.lerparaver.com\node\254

www.lerparaver.com\node\7154

www.lerparaver.com\node\8412

www.lerparaver.com\relatorio_acessibilidade

www.netconsumo.com/2009_01_01_archive.html

www.Paginas.fe.up.pt/~pjsousa/index.php?option=com_content&task=view&id=46&itemid=70

www.phs.org.br/arquivos/arquivo_2009-08-311251728413.doc

www.portal.juventudesocialista.org/.../Manifesto_Autarquico_Nacional_JS_2009.pdf

www.Portal2.ipb.pt\portal\page?_pageid=354,721949&_dad=portal&_schema=portal

www.portugal.gov.pt\portal\print.aspx?guid=%7bcdde4d3b-f087-46fb-ba47-929bac57aabc%7d

www.posc.mctes.pt/

www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/FEDER-Centro.pdf

www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf

www.prof2000.pt\p2000\artigos.asp?id=31

www.proformar.org\5oficinas\escola_educacao_cidadania.pdf

www.proside.pt/LinkClick.aspx?link=Proside_Gestao_de...

www.pt.wikipedia.org/wiki/acessibilidade

www.pt.wikipedia.org/wiki/cultura_digital

www.pt.wikipedia.org/wiki/exclusão_social

www.pt.wikipedia.org/wiki/globaliza%C3%A7%C3%A3o

www.pt.wikipedia.org/wiki/inclus%C3%A3o_digital

www.pt.wikipedia.org/wiki/inclus%C3%A3o_social

www.pt.wikipedia.org/wiki/pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica

www.pt.wikipedia.org/wiki/sociedade_da_informa%C3%A7%C3%A3o

www.redem.buap.mx/seminario/sem2001/2001peixoto.doc

www.sbhe.org.br/novo/congressos/.../063_helena_ibiapina.pdf

www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n9/n9a02.pdf

www.scribd.com/.../Cidadania-Digital-e-Democratizacao-Electronica

www.scml.pt/media/arquivo/2009/junho/RC2007.pdf

www.ugt.pt/europa2_29_03_2006.pdf

www.ultraperiferias.blogspot.com/2007/12/europa-estrategia-de-lisboa-renovada.html

www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2746&itemid=36

www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2897&itemid=38

www.vodafone.pt/main/a+vodafone/pt/responsabilidadesocial/inclus%C3%A3o+social.htm

Anexo I

Conceitos

Acessibilidade

Designa-se por acessibilidade não só a possibilidade das pessoas com necessidades especiais participarem em actividades que vão da utilização de produtos, serviços e informação, à criação de infra-estruturas que promovam a inclusão e extensão do uso destes pelos vários grupos de uma população. Em termos arquitectónicos e urbanísticos, a acessibilidade tem sido uma séria preocupação nas últimas décadas, pelo que estão em curso obras e serviços de adaptação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades específicas de toda a população.

A acessibilidade é um problema enfrentado por todos, mas assume particular ênfase no caso dos cidadãos com necessidades especiais porque as soluções primeiramente criadas apenas têm em conta as necessidades da população sem qualquer limitação.

(www.pt.wikipedia.org/wiki/acessibilidade)

Acessibilidade Electrónica

Entende-se por acessibilidade electrónica as ferramentas ou conjuntos de ferramentas que permitem que os cidadãos portadores das mais variadas necessidades especiais possam tirar proveito dos recursos oferecidos pelo computador. Essas ferramentas podem ir desde os leitores de ecrã para os deficientes visuais, aos teclados virtuais para portadores de deficiência motora ou com dificuldades de coordenação motora, ou ainda aos sintetizadores de voz para as pessoas com problemas de fala.

Na Internet o termo acessibilidade diz respeito também às normas do W3C, as quais pretendem que todos possam aceder (nas mesmas circunstâncias) aos Websites, apesar de terem ou não alguma limitação. As normas do W3C são, por exemplo, o tipo de fonte a utilizar, bem como o tamanho e cor, de acordo com as necessidades do utilizador.

(In GODINHO, Francisco (coord); Internet para Necessidades Especiais; UTAD)

Coesão Digital

É um conceito ainda muito distante da actualidade, mas que consiste na igualdade de oportunidades no acesso à informação disponibilizada na grande rede (a Internet). Traduz um objectivo de grande importância, uma vez que permite a troca de informação entre os diferentes sectores da população, tenham ou não limitações e sejam elas de que naturezas forem.

(www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/FEDER-Centro.pdf)

Coesão Social

A coesão social, embora possa abordar aspectos económicos, estende-se muito mais além, pois está ligada ao acesso à educação, à saúde, ao entretenimento, à participação política.

Este conceito refere-se sobretudo à eliminação (ou pelo menos tentativa) de atenuar as barreiras, de modo a criar uma sociedade mais justa e equitativa.

O facto de possuir um emprego, por exemplo, não significa apenas uma questão de índole económica, mas sobretudo de carácter social, poisos desempregados são excluídos de vários domínios da vida.

(www.ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/.../p12_pt.pdf)

Cultura Digital

Têm sido várias as fases que determinaram uma série de infra-estruturas da comunicação e do ciberespaço que marcaram diferentes etapas até à actualidade. Foi ainda no século XIX que se produziram novas máquinas e que se iniciaram formas de

'escrita à distância', possíveis através da criação das linhas de telégrafo e, depois, pela invenção do telefone que permitiu a comunicação por voz.

Por outro lado, o filme foi o primeiro meio audiovisual que permitiu armazenamento e distribuição' e as primeiras emissões televisivas indicavam já um meio activo e de interacção, pois requeria participação, dado que o espectador tinha a possibilidade de decidir o que ver. Assim, a Teoria da Informação de Claude Shannon, os trabalhos de cibernética de Norbert Weiner e os trabalhos de programação de Grace Hopper, juntamente com outros acontecimentos sociais, políticos, artísticos e culturais, foram elementos fundamentais para o surgimento da cultura digital.

A passagem do material analógico para suporte digital, possível através do microprocessador, permitiu o funcionamento em articulação de vários tipos de media, tornando possível falar-se de conceitos tão actuais como multimédia e hipermédia.

O avanço tecnológico trouxe consigo diversas transformações no modo como nos relacionamos com a informação e com o conhecimento, ou seja, na nossa forma de agir e de pensar.

(www.pt.wikipedia.org/wiki/cultura_digital)

Economia Digital

É uma economia baseada no recurso às comunicações digitais, ou seja, uma economia baseada na utilização generalizada da informação, do conhecimento e das tecnologias da informação e da comunicação. Esta economia baseia-se na capacidade de promover o incentivo à utilização das tecnologias.

(In Associação Para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Glossário da Sociedade da Informação; Outubro de 2005; p. 28)

Economia da informação

É uma economia em que a maior parte do produto interno bruto (PIB) é obtido através da produção, processamento, armazenamento e distribuição da informação. Os defensores desta teoria evidenciam o papel preponderante das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de todos os campos da economia.

A informação é vista como um bem, e é analisada sobretudo através do recurso a métodos estatísticos, sendo a informação o seu «motor».

(In Associação Para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Glossário da Sociedade da Informação; Outubro de 2005; p. 28)

Estratégia de Lisboa ou Agenda de Lisboa

Foi aprovada no Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000 e relançada no Conselho Europeu de Bruxelas em 2005.

A Estratégia de Lisboa renovada está centrada nos objectivos de um maior crescimento económico e de mais e melhores empregos e reflecte a ambição da União Europeia de ser um modelo de progresso económico, social e ambiental para o Mundo.

Na cimeira de Lisboa os líderes europeus definiram um novo objectivo estratégico para a União Europeia, bem como uma estratégia global para atingir esse objectivo, ou seja, pretendia-se preparar a transição para uma economia e uma sociedade baseadas no conhecimento, através da aplicação de melhores políticas no campo da sociedade da informação e da I&D, assim como: a) da aceleração do processo de reforma estrutural para promover a competitividade e a inovação e a conclusão do mercado interno; b) renovar o modelo social europeu, investindo nas pessoas e combatendo a exclusão social; c) preservar as boas perspectivas económicas e as favoráveis previsões de crescimento, aplicando uma adequada articulação de políticas macroeconómicas.

O Conselho Europeu aprovou em 2001, em Gotemburgo, uma estratégia de desenvolvimento sustentável que veio complementar o compromisso político de renovação económica e social assumido pela União no ano anterior, acrescentando-lhe uma componente ambiental.

Em 2004 o grupo de alto nível chefiado pelo antigo Primeiro-Ministro holandês apresentou o relatório «Enfrentar o desafio - A Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego», que avaliou os primeiros anos da aplicação da Estratégia de Lisboa. A grande conclusão deste estudo foi que, apesar dos resultados assimétricos entre os Estados-Membros, os objectivos não estavam a ser cumpridos, sendo apontadas três causas para os fracos resultados registados, ou seja, por um lado, a Estratégia de Lisboa tinha excesso de objectivos, sem uma calendarização adequada; Por outro lado, a conjuntura económica foi desfavorável; e finalmente houve uma falta de orientação, coordenação e acção, associada à inexistência de uma clara divisão de responsabilidades entre a UE e os Estados-Membros.

Tendo em conta o relatório de Wim Kok, a Comissão elaborou no início de 2005 o seu relatório intercalar sobre a Estratégia de Lisboa «Crescimento e Emprego – Juntos trabalhemos para o futuro da Europa: um novo começo para a Estratégia de Lisboa». Assim, e com base nas sugestões apresentadas pela Comissão neste relatório, os Chefes de Estado e de Governo relançaram a Estratégia de Lisboa no Conselho Europeu de 2005. Este relançamento trouxe duas grandes novidades: primeiro a Estratégia de Lisboa renovada está centrada em duas prioridades: assegurar um crescimento económico mais sólido e duradouro e criar mais e melhores empregos.

Por outro lado, a Nova Estratégia de Lisboa trouxe um novo ciclo de governação entre a UE e os Estados-Membros, havendo um maior compromisso por parte dos governos nacionais. Cada governo teve de nomear um Coordenador da Estratégia de Lisboa e elaborar o seu próprio Programa Nacional de Reforma com base nas 24 linhas orientadoras aprovadas pelo Conselho Europeu de Junho de 2005.

(www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=953&p_est_id=2611)

Exclusão Social

A exclusão social é um conjunto de barreiras ou limitações sociais que conduzem ao isolamento e até à discriminação de um dado grupo. Os grupos que são vítimas de exclusão social carecem de uma estratégia ou política de inserção de forma a que se possam integrar e ser aceites pela sociedade que os rodeia.

O termo exclusão social é oriundo de França e corresponde à marginalização ou discriminação de pessoas ou grupos desfavorecidos, como sejam as pessoas com necessidades especiais, os imigrantes ou os sem-abrigo.

(www.pt.wikipedia.org/wiki/exclusão_social)

Globalização

É um processo capitalista e complexo, cujo início remonta à época dos Descobrimentos, mas que se começou a destacar com a Revolução Industrial. Todavia, o seu conteúdo passou despercebido durante muito tempo, pelo que muitos economistas a observam como uma consequência do pós Segunda Guerra Mundial ou da Revolução Tecnológica.

A globalização afecta todas as vertentes da sociedade, mas sobretudo a comunicação, o comércio internacional e a liberdade de circulação, com diferentes ritmos, dependendo do grau de desenvolvimento e integração das nações.

A globalização das comunicações tem a sua expressão mais nítida na Internet, o que permitiu uma troca de ideias e saberes sem regras nem precedentes na história da humanidade. Outra característica da globalização das comunicações foi a generalização no acesso aos meios de comunicação, o que se tornou possível graças à redução do custo dos equipamentos e infra-estruturas, e ao aumento da cobertura e incremento geral da qualidade. Assim, uma inovação criada num dado local pode aparecer facilmente em qualquer outro sítio e ser um sucesso.

No entanto, este mesmo livre fluxo de informações é visto como um risco para determinados governos ou entidades religiosas com poderes na sociedade, que têm gasto muitos recursos para limitar o tipo de informação a que os seus cidadãos têm acesso.

O acesso instantâneo de tecnologias, sobretudo no âmbito da saúde e no aumento da produção de alimentos e redução do seu custo, têm levado, nas últimas décadas, a um aumento da longevidade dos países emergentes e desenvolvidos.

As repercussões no mercado de trabalho são também nítidas, com a criação da modalidade de outsourcing de empregos para os países cuja mão-de-obra é mais barata para o desempenho de serviços que não necessitam de elevadas qualificações.

([www.pt.wikipedia.org/wiki/globalização](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/globaliza%C3%A7%C3%A3o))

Inclusão Digital

Entende-se por inclusão digital ou info-inclusão a generalização do acesso às tecnologias da Informação e da Comunicação, dando a possibilidade de todos participarem na sociedade da informação ou do Conhecimento.

Por outro lado, a Inclusão digital significa também melhorar a vida básica, rentabilizando o tempo e as suas potencialidades. Assim, um incluído digitalmente não é aquele que utiliza as tecnologias digitais para trocar mensagens, mas aquele que utiliza esse suporte para melhorar a sua qualidade de vida.

No entanto, para haver Inclusão Digital são necessários três instrumentos fundamentais, isto é, um computador, uma linha telefónica e o acesso à rede.

A inclusão digital contempla ainda a criação de tecnologias que aumentem a acessibilidade para utilizadores com necessidades especiais, permitindo que toda a sociedade possa aceder a informações disponíveis na Internet, produzindo e distribuindo conhecimento.

Esta temática corresponde a um dos grandes objectivos e preocupações partilhados por muitos governos em todo o mundo nas últimas décadas.

(www.pt.wikipedia.org/wiki/inclusão_digital)

Inclusão Social

É a forma de combater a exclusão social, quase sempre ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadoras de necessidades especiais ou minorias étnicas a quem é vedado o acesso a diversas oportunidades.

Pode assim dizer-se que a inclusão Social consiste na oferta de oportunidades de participação, beneficiando, de igual modo, todos os sectores da população.

(www.pt.wikipedia.org/wiki/inclusão_social)

Pessoas Com Necessidades Especiais

Entendem-se por pessoas com necessidades especiais os cidadãos com deficiência, os idosos e os doentes em fase terminal ou isolamento, os quais precisam ou podem vir a precisar de equipamentos ou infra-estruturas específicos.

Existem necessidades especiais muito variadas, de acordo com as diferentes deficiências ou até graus da mesma deficiência, pois as necessidades de um deficiente visual seguramente não são as mesmas de um deficiente mental ou de um idoso.

(www.acessibilidade.gov.pt/rcm.html; PEREIRA, 2002)

Política pública

É um conceito ambíguo, dado que abarca, em simultâneo, uma vertente Política e Económica e que designa as orientações para a tomada de decisões em assuntos públicos ou colectivos. Assim, entendemos por Política Pública o conjunto de acções colectivas vocacionadas para a salvaguarda dos direitos sociais, configurando um compromisso público que pretende dar conta de uma determinada acção em vários

domínios. Expressa a transformação daquilo que é do domínio privado em acções colectivas na esfera pública.

Existem diferenças entre decisões políticas e políticas públicas, pois nem toda a decisão política chega a ser uma política pública. A decisão política é uma opção de entre um conjunto de hipóteses, enquanto a política pública, que engloba também a decisão política, pode ser vista como umnexo entre a teoria e a prática. Assim, esta última está relacionada com questões de liberdade e igualdade, bem como ao direito à satisfação das necessidades básicas.

As Políticas Públicas passam, durante a sua formação, por várias fases: formação da agenda; formulação; implementação; monitorização; e avaliação.

([www.pt.wikipedia.org/wiki/política_pública](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica))

Sociedade da Informação, do Conhecimento ou Nova Economia

É uma designação surgida no final do Século XX, cuja origem deriva do conceito de Globalização. Esta nova forma de organização da sociedade está em processo de formação e expansão, tendo por base um modelo de desenvolvimento social e económico em que a informação, enquanto meio de criação de conhecimento, assume um papel primordial na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, e para que a Sociedade da Informação progrida é essencial que todos possam aceder às Tecnologias de Informação e Comunicação, presentes no nosso dia-a-dia e que constituem ferramentas indispensáveis às comunicações pessoais, profissionais e de lazer.

(Pt.wikipedia.org/wiki/sociedade_da_informação)

Anexo II

Sites consultados acessíveis

www.emfa.pt
www.appo.pt
www.acessoensinosuperior.pt
www.aeg.pt
www.abreu.pt
www.adi.pt
www.agencia.ecclesia.pt
www.agenciafinanceira.pt
www.unic.pt
www.lusa.pt
www.apambiente.pt
www.ajudadeberco.pt
www.ajudademaes.com
www.acs.min-saude.pt
www.amp.pt
www.amt.pt
www.acap.pt
homepage.oninet.pt/535mjb
www.accmm.pt
www.acert.pt
www.acfusetense.org
www.hoteis-portugal.pt
www.asap.pt
www.termasdeportugal.pt
www.apsic.org
www.rarissimas.pt
adl.pt
www.ait.pt
www.apecv.pt
www.apfilosofia.org
www.apf.pt
www.apm.pt
www.app.pt
www.apiaajuda.com
www.aatt.org
www.acapo.pt
www.cnid.pt
www.ajap.pt
www.aecbp.pt
www.nerlei.pt
www.aerlis.pt
www.nervir.pt
www.airv.pt
www.aeportugal.pt
www.sema.pt
www.europaviva.org
www.cistus.pt

www.ajc.pt
www.proatlantico.com
www.mulheresemaccao.org
www.anetie.pt
www.anem.org.pt
www.anprofessores.pt
www.anpri.pt
www.antral.pt
www.anet.pt
www.analce.org
www.apevt.pt
www.acep.pt
www.apcc.org.pt
www.apdsi.pt
www.apf.pt
www.apcl.pt
www.aplisosoma.org
www.apecom.pt
www.apav.pt
www.sol-criancas.pt
www.apa.org.pt
www.apai.org.pt
www.apb.pt
www.apbad.pt
www.apcc.online.pt
www.apcp.pt
www.sopcom.pt
www.apdconsumo.pt
www.apdf.com.pt
www.apn.pt
www.aspea.org
www.apenfermeiros.pt
www.apfisio.pt
www.apl.org.pt
www.apmg.pt
www.amonet.org
www.apmj.pt
www.apc.pt
www.appi.pt
www.apseguradores.pt
www.aps.pt
www.appt.pt
www.apn.org.pt
www.appm.pt
www.mulheresdesporto.org.pt
www.appsp.org
www.autoeuropa.pt
www.infarmed.pt
www.axa.pt
www.bportugal.pt
www.bp.pt
www.britishcouncil.org
www.cm-arruda.pt
www.cm-azambuja.pt

www.mun-guarda.pt
www.cm-pvarzim.pt
www.cm-abrantes.pt
www.cm-albufeira.pt
www.cm-alcoutim.pt
www.cm-aljezur.pt
www.m-almada.pt
www.cm-alpiarca.pt
www.cm-arraiolos.pt
www.cm-borba.pt
www.cm-braganca.pt
www.cm-cantanhede.pt
www.cm-cascais.pt
www.cm-castelo-paiva.pt
www.cm-condeixa.pt
www.cm-coruche.pt
www.cm-estremoz.pt
www.cm-faro.pt
www.cm-fcr.pt
www.cm-fronteira.pt
www.cm-grandola.pt
www.cm-lagos.pt
www.cm-lisboa.pt
www.cm-mesaofrio.pt
www.miradadocorvo.com
www.cm-mdouro.pt
www.cm-moncao.pt
www.cm-mortagua.pt
www.cm-penamacor.pt
www.cm-pombal.pt
www.cm-portimao.pt
www.cm-spsul.pt
www.svicente.com
www.cm-feira.pt
www.cm-stirso.pt
www.cm-sines.pt
www.cm-tabuaco.pt
www.cm-trancoso.pt
www.cmvalongo.net
www.cm-vianadoalentejo.pt
www.cm-viladobispo.pt
www.cm-vpaguiar.pt
www.cm-vilaviciosa.pt
www.cm-vinhais.pt
www.cm-cartaxo.pt
www.cm-redondo.pt
www.ccolgacadaval.pt
www.cpf.pt
www.cps.pt
www.cmvm.pt
www.cplp.org
www.comunidadeislamica.pt
www.cvidaepaz.pt
www.cdp.pt

www.cap.pt
www.cpmcs.pt
www.cne-escutismo.pt
www.cruzvermelha.pt
www.culturgest.pt
www.dhl.pt
www.asa.pt
www.elcorteingles.pt
www.finlandia.org.pt
www.noruega.org.pt
www.embordsomaltaportugal.org
www.embaixadaturquia.pt
www.embest.pt
www.embaixadado brasil.pt
www.emb-paisesbaixos.pt
www.epson.pt
www.estradasdeportugal.pt
www.exercito.pt
www.arq.up.pt
www.fa.utl.pt
www.fba.ul.pt
www.fc.ul.pt
www.fc.up.pt
www.fcsh.unl.pt
www.fd.up.pt
www.fep.up.pt
www.ff.ul.pt
www.fmd.ul.pt
www.fmv.utl.pt
www.fmh.utl.pt
www.fpce.ul.pt
www.fep.pt
www.fpatletismo.pt
www.uvp-fpc.pt
www.fpe.pt
www.fpf.pt
www.fpg.pt
www.fpo.pt
www.fchampalimaud.org
www.fjuventude.pt
www.serralves.pt
www.fundacaodogil.pt
www.flad.pt
www.fmsoares.pt
www.foriente.pt
www.fccn.pt
www.fpac.pt
www.fpc.pt
www.fpcardiologia.pt
www.fress.pt
www.gri.pt
www.galp.pt
www.goethe.de
www.greenpeace.de

www.greenpeace.pt
www.barraqueiro.com
www.hsmarta.min-saude.pt
www.inatel.pt
www.incm.pt
www.ipa.pt
www.iacrianca.pt
www.iec.uminho.pt
www.ieei.pt
www.ilch.uminho.pt
www.ifp-lisboa.com
www.inac.pt
www.inh.pt
www.inp.pt
www.ipg.pt
www.ipb.pt
www.ipcb.pt
www.ips.pt
www.ipv.pt
www.ipac.pt
www.ipcr.pt
lisboa.cervantes.es
www.iscte.pt
www.isa.utl.pt
www.iscsp.utl.pt
www.iscal.pt
www.iseq.utl.pt
www.isla.pt
www.ispa.pt
www.ist.utl.pt
www.jf-pontinha.pt
www.jf-zibreira.pt
www.jf-alcabideche.pt
www.jf-belas.pt
www.jf-carnide.pt
www.jf-cascais.pt
www.jf-colares.pt
www.jf-corroios.pt
www.jf-massama.pt
www.jf-sspedreira.pt
www.jf-campogrande.net
www.kodak.pt
www.lnec.pt
www.lpce.pt
www.lpcdr.org.pt
www.ligacontracancro.pt
www.lpa.pt
www.lpdsurdos.org.pt
www.lpfp.pt
www.lpps.pt
www.lusoponte.pt
www.maisfutebol.pt
www.marinha.pt
www.metrolisboa.pt

www.min-agricultura.pt
www.mctes.pt
www.min-cultura.pt
www.mdn.gov.pt
www.min-edu.pt
www.mj.gov.pt
www.min-saude.pt
www.maotdr.gov.pt
www.modelo.pt
www.montepio.pt
www.museumarinha.pt
www.lerparaver.com
www.oa.pt
arquitectos.pt
www.ordembilogos.pt
www.ordemeconomistas.pt
www.ordemengenheiros.pt
www.ordemfarmaceuticos.pt
www.omv.pt
www.opt.min-saude.pt
www.pingodoce.pt
www.pj.pt
www.psp.pt
www.portoeditora.pt
www.renova.pt
www.parleurop.pt
www.santuاريو-fatima.pt
semanal.omirante.pt
www.sef.pt
www.sep.org.pt
www.spautores.pt
www.spb.pt
www.spc.pt
www.spce.org.pt
www.spcf.pt
www.spcmin.pt
www.spcpre.org
www.spdi.org
www.sped.pt
www.speo.pt
www.supera.org.pt
www.spe.pt
www.spemd.pt
www.spfil.pt
www.spg.pt
www.spginecologia.pt
www.sph.org.pt
www.spi.pt
www.spm.pt
www.spmfr.org
www.spmi.pt
www.spmn.org
www.spnefro.pt
www.spneurologia.org

www.spoftalmologia.pt
www.sponcologia.pt
www.spot.pt
www.spp.pt
www.sppneumologia.pt
www.spq.pt
www.spro.pt
www.spreumatologia.pt
www.spsa.pt
www.spsso.pt
www.spt.pt
www.spv.pt
www.spedh.net
www.speo-obesidade.pt
www.staples.pt
www.tmn.pt
www.transtejo.pt
www.ucp.pt
www.ubi.pt
www.ul.pt
www.uevora.pt
www.uminho.pt
www.up.pt
www.angra.uac.pt
www.ulusofona.pt
www.unl.pt
www.utl.pt
www.uportu.pt
www.unicer.pt
www.uniaobudista.pt
www.umarfeminismos.org
www.ugt.pt
www.uzo.pt

Anexo III

Sites consultados inacessíveis

www.abola.pt
www.abraco.pt
www.adidas.pt
www.academiamilitar.pt
www.ana.pt
www.acidi.gov.pt
www.amnistia-internacional.pt
www.antena1.pt
www.aml.pt
www.assembleiadarpublica.pt
www.deco.pt
www.atl-turismolisboa.pt
www.anf.pt
www.anmp.pt
www.apll.org
www.ap-cd.pt
www.a pea.pt
www.apfn.com.pt
www.apfn.pt
www.apostomizados.pt
www.apsurdos.pt
www.anacom.pt
www.asae.pt
www.avon.pt
www.bcp.pt
www.bes.pt
www.bpi.pt
www.bpn.pt
www.banif.pt
www.basf.pt
www.bmw.pt
www.bep.gov.pt
www.brisa.pt
www.cgd.pt
www.cm-amadora.pt
www.cm-anadia.pt
www.cm-batalha.pt
www.cm-chamusca.pt
www.cm-covilha.pt
www.figueiradigital.com/cmff
www.cm-golega.pt
www.cm-lourinha.pt
www.cm-lousa.pt
www.cm-maia.pt
www.mgrande.pt
www.cm-mealhada.pt

www.cm-moita.pt
www.cm-nazare.pt
www.cm-povoadelanhoso.pt
www.cm-serta.pt
www.mun-trofa.pt
www.cm-vidigueira.pt
www.cm-caldas-rainha.pt
www.cm-agueda.pt
www.cm-aguiardabeira.pt
www.cm-albergaria.pt
www.cm-alcacerdosal.pt
www.cm-alcanena.pt
www.cm-alcobaca.pt
www.cm-alcochete.pt
www.cm-alenquer.pt
www.cm-alfandegadafe.pt
www.cm-alijo.pt
www.mun-aljustrel.pt
www.cm-almeida.pt
www.cm-almeirim.pt
www.cm-almodovar.pt
www.cm-alter-chao.pt
www.cm-alvaiazere.pt
www.cm-alvito.pt
www.cm-amarante.pt
www.cm-amares.pt
www.cm-ansiao.pt
www.cm-arcos-valdevez.pt
www.cm-arganil.pt
www.cm-armamar.pt
www.cm-arouca.pt
www.cm-arronches.pt
www.cm-aveiro.pt
www.cm-avis.pt
www.cm-baiao.pt
www.cm-barcelos.pt
www.cm-barrancos.pt
www.cm-beja.pt
www.cm-belmonte.pt
www.cm-benavente.pt
www.cm-braga.pt
www.cm-boticas.pt
www.cm-cabeceiras-basto.pt
www.cm-caminha.pt
www.cm-campo-maior.pt
www.cm-csal.pt
www.cm-castanheiradepera.pt
www.cm-castelobranco.pt
www.cm-castelo-vid.pt
www.cm-castrodaire.pt
www.cm-castromarim.pt
www.inesting.org\castroverde
www.cm-chaves.pt
www.cm-celoricodabeira.pt

www.mun-celoricodebasto.pt
www.cm-cinfaes.pt
www.cm-coimbra.pt
www.cm-constancia.pt
www.cm-elvas.pt
www.cm-espinho.pt
www.cm-esposende.pt
www.cm-estarreja.pt
www.cm-evora.pt
www.cm-fafe.pt
www.cm-felgueiras.pt
www.cm-ferreira-alentejo.pt
www.cm-figueirodosvinhos.pt
www.cm-freixoepadacinta.pt
www.cm-fornosdealgodres.pt
www.cm-gois.pt
www.cm-gondomar.pt
www.cm-guimaraes.pt
www.cm-gouveia.pt
www.cm-idanhaova.pt
www.cm-ilhavo.pt
www.cm-lagoa.pt
www.cm-lamego.pt
www.cm-leiria.pt
www.cm-loule.pt
www.cm-loures.pt
www.cm-lousada.pt
www.cm-macao.pt
www.cm-macedodecavaleiros.pt
www.cm-mafra.pt
www.cmmangualde.pt
www.cm-manteigas.pt
www.cm-marco-canaveses.pt
www.cm-marvao.pt
www.cm-matosinhos.pt
www.cm-melgaco.pt
www.cm-mertola.pt
www.cm-mira.pt
www.cm-mirandela.pt
www.cm-moimenta.pt
www.cm-mogadouro.pt
www.cm-mondimdebasto.pt
www.cm-monforte.pt
www.cm-montalegre.pt
www.cm-montemornovo.pt
www.cm-montemorvelho.pt
www.cm-mora.pt
www.cm-moura.pt
www.cm-mourao.pt
www.cm-murtosa.pt
www.cm-nelas.pt
www.cm-nisa.pt
www.cm-obidos.pt
www.cm-odemira.pt

www.cm-odivelas.pt
www.cm-oeiras.pt
www.cm-oleiros.pt
www.cm-olhao.pt
www.cm-oaz.pt
www.cm-olb.pt
www.cm-oliveiradohospital.pt
www.cm-ourem.pt
www.cm-ourique.pt
www.cm-ovar.pt
www.cm-pacosdeferreira.pt
www.cm-palmela.pt
www.cm-pampilhosadaserra.pt
www.cm-paredes.pt
www.cm-paredes-coura.pt
www.cm-pedrogaogrande.pt
www.cm-penacova.pt
www.cm-penafiel.pt
www.cm-penalvadocastelo.pt
www.cm-penela.pt
www.cm-peniche.pt
www.cm-pinhel.pt
www.cm-pontedabarca.pt
www.cm-pontedelima.pt
www.cm-pontedesor.pt
www.cm-portalegre.pt
www.cm-portel.pt
www.municipio-portodemos.pt
www.cm-proencanova.pt
www.cm-reguengos-monsaraz.pt
www.cm-resende.pt
www.cm-riomaior.pt
www.cm-salvaterrademagos.pt
www.cm-santacombadao.pt
www.cm-smpenaguiiao.pt
www.cm-santana.com
www.cm-santarem.pt
www.cm-santiago-do-cacem.pt
www.cm-sjm.pt
www.sjpesqueira.pt
www.cm-seia.pt
www.cm-sernancelhe.pt
www.cm-sesimbra.pt
www.mun-setubal.pt
www.cm-sever.pt
www.cm-silves.pt
www.cm-sintra.pt
www.cm-soure.pt
www.cm-sousel.pt
www.cm-tabua.pt
www.cm-tarouca.pt
www.cm-terrasdebouro.pt
www.cm-tomar.pt
www.cm-tondela.pt

www.cm-moncorvo.pt
www.cm-torresnovas.pt
www.cm-tvedras.pt
www.cm-valedecambra.pt
www.cm-valenca.pt
www.valpacos.pt
www.cm-vendasnovas.pt
www.cm-viana-castelo.pt
www.cm-vminho.pt
www.cm-viladerei.pt
www.cm-viladoconde.pt
www.concelhodevilaflor.com
www.cm-vfxira.pt
www.cm-vnbarquinha.pt
www.cm-vncerveira.pt
www.cm-vnfamalicao.pt
www.cm-fozcoa.pt
www.cm-vilanovadepaiva.pt
www.cm-vilanovadepoiars.pt
www.cm-vilareal.pt
www.cm-vrsa.pt
www.cm-vvrodado.pt
www.cm-vilaverde.pt
www.cm-vimioso.pt
www.cm-viseu.pt
www.cm-vizela.pt
www.cm-vouzela.pt
www.cm-alandroal.pt
www.cm-barreiro.pt
www.cm-bombarral.pt
www.cm-cadaval.pt
www.cm-crato.pt
www.cm-entroncamento.pt
www.cm-fundao.pt
www.cm-gaviao.pt
www.mun-montijo.pt
www.cm-porto.pt
www.cm-sabugal.pt
www.cm-sardoal.pt
www.cm-sobral-monte-agraco.pt
www.ccb.pt
www.aprendereuropa.pt
www.ciejd.pt
www.eurocid.pt
www.citroen.pt
www.clix.pt
www.confagri.pt
www.ces.pt
www.cnel.gov.pt
www.correiodamanha.pt
www.ctt.pt
www.cp.pt
www.delta-cafes.pt
www.destak.pt

www.dn.pt
www.diarioeconomico.com
www.dgs.pt
www.dgci.min-financas.pt
www.dgo.pt
www.edimpresa.pt
www.edp.pt
www.lissabon.diplo.de
www.emb-polonia.pt
www.emel.pt
www.essa.pt
www.expresso.clix.pt
www.fd.ul.pt
www.fl.ul.pt
www.fm.ul.pt
www.fertagus.pt
www.fiat.pt
www.fidelidademundial.pt
www.fnac.pt
www.ford.pt
fundacao.telecom.pt
www.fse.pt
www.fcporto.pt
www.generis.pt
www.grundig.pt
www.gnr.pt
www.honda.pt
www.hsm.pt
www.hsfxavier.min-saude.pt
www.hegasmoniz.min-saude.pt
www.hjmatos.min-saude.pt
www.imperiobnanca.pt
www.ics.ul.pt
www.imt.pt
www.inag.pt
www.ina.pt
www.inem.pt
www.ine.pt
www.inml.mj.pt
www.ipbeja.pt
www.ipleiria.pt
www.ipl.pt
www.ipportalegre.pt
www.ipsantarem.pt
www.ipp.pt
www.ipj.pt
www.jeronimomartins.pt
www.jn.pt
www.jf-amora.pt
www.jf-arrentela.pt
www.jfbb.pt
www.jf-gloria.pt
www.jf-graca.pt
www.jf-portela.pt

www.jf-merces.pt
www.jf-alverca.pt
www.jf-Arroios.pt
www.jf-benfica.pt
www.jf-carcavelos.pt
www.jf-dornes.pt
www.jfamm.pt
www.jf-monte-abraao.pt
www.jf-riodemouro.pt
www.jf-riotinto.pt
www.jfsminifesta.net
www.jf-stoantonioacavaleiros.pt
www.jf-quarteira.pt
www.jf-vialonga.pt
www.jf-estoril.pt
www.jf-lumiar.pt
www.jf-pragal.pt
www.lpn.pt
www.lisboagas.pt
www.maxima.pt
www.mercedes.pt
www.minipreco.pt
www.mai.gov.pt
www.min-economia.pt
www.min-financas.pt
www.moptc.pt
www.mtss.gov.pt
www.mne.gov.pt
www.nestle.pt
www.optimus.pt
www.europa.eu.int
www.portaldocidadao.pt
www.netemprego.pt
www.portugal.gov.pt
www.ordemenfermeiros.pt
www.ordemdosmedicos.pt
www.ond.pt
www.europarl.europa.eu
www.eu2007.pt
www.publico.pt
www.qren.pt
www.rtp.pt
www.record.pt
www.rotasedestinos.pt
www.santandertotta.pt
www.sapo.pt
www.seg-social.pt
www.setaa.pt
www.spanesthesiologia.pt
www.spci.org
www.dermo.pt
www.spf.pt
www.spm.pt
www.spmtrabalho.com

www.sp-ps.com
www.slbenfica.pt
www.scp.pt
www.tvi.pt
www.toyota.pt
www.tranquilidade.pt
www.univ-ab.pt
www.uatla.pt
www.ual.pt
www.uma.pt
www.uc.pt
www.lisulusiada.pt
www.visao.pt
www.vodafone.pt